

por  ISSN 2447-2468
ANO 15 | ABRIL | Nº 54 | 2017

Sinal

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

REFORMA DA PREVIDÊNCIA O JOGO ESTÁ VIRANDO

CRÉDITO
MAIS BARATO
REALIDADE OU
FICÇÃO?

ENTREVISTA
COM DARO
PIFFER
PRESIDENTE
DO SINAL





Dever cumprido

No momento em que o país vive situação raramente antes experimentada, surge a nova edição da **Por Sinal**. Um longo período recessivo, permeado por revelações para lá de bombásticas sobre o financiamento de partidos e mandatários com dinheiro público, parece ter solução se reformas forem feitas na Previdência Social e no mundo do trabalho.

Mudanças são sempre bem-vindas, quando vêm para melhor. Retirar direitos e inibir a criação de novos, porém, podem ter o condão de melhorar as contas públicas, mas não a vida das pessoas. É por isso que esta edição abre com o debate sobre a PEC 287/2016, em curso no Congresso Nacional, e seus efeitos sobre os já estreitos direitos dos servidores públicos.

A recente agenda BC+ também merece a atenção de todos. O Banco Central propõe uma série de medidas para produzir melhoras permanentes na vida financeira dos cidadãos. O objetivo final declarado é o crédito mais barato. Em “Ficção ou realidade?”, a **Por Sinal** aborda diversos vieses do projeto e a suficiência ou não das principais inovações.

Atentos aos avanços tecnológicos na área financeira, produzimos duas reportagens sobre moedas virtuais e moedas sociais, que avaliam a substituição de dinheiro em papel no

nosso país, em momentos em que a autoridade monetária manda imprimir cédulas no exterior, com todos os riscos de segurança envolvidos e prejuízos ao emprego.

Nossos articulistas tratam de temas ligados ao sistema financeiro, ou nem tanto. “Autonomia ou independência”, por José Paulo Vieira, e “A armadilha brasileira da liquidez”, de Ricardo Piccoli, versam sobre temas muitas vezes abordados nesta revista. Mas em “Prevenir é o melhor remédio”, Laura Tupinambá e Luciana Sciotta falam da importância da saúde no lugar da doença.

A edição ficaria incompleta se não trouxesse a entrevista com o presidente do Sinal, que completa o segundo mandato em 30 de abril. Dara Piffer fala das realizações, desafios e perspectivas de melhora da vida dos servidores representados e dos brasileiros em geral. A leitura é complementada pela Agenda do Sinal nestes e nos próximos dias, de enfrentamento das turbulências e mazelas que estão postas e por vir.

Este Conselho Editorial conclui, assim, seu trabalho à frente da revista, certo de ter oferecido o melhor de si ao leitor e à sociedade. Ante a necessária renovação da direção sindical, uma certeza fica: muitas edições da **Por Sinal** vêm por aí.

Boa leitura.

**CONSELHO NACIONAL
BIÊNIO 2015/2017**

Presidente

Daro Marcos Piffer

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Brasília

Rita Girão Guimarães

Vania Maria Monteiro Couto

Gregório Alberto Saiz Lopes

Josina Maria de Oliveira

Belo Horizonte

Renato Fabiano Matheus

Curitiba

Enrikson Antonio Falabretti

Fortaleza

Francisco de Assis Tancredi Soares

Porto Alegre

Ricardo Luis Piccoli

Recife

José Milton Bezerra

Rio de Janeiro

Sergio da Luz Belsito

João Marcus Monteiro

Marcos Antonio da Silva Lopes

José Aloísio Guimarães Sanches

Salvador

Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo

Eduardo Stallin Silva

Natalino Yoshimi Sakamuta

Semiramis Ensel Wizentier

**DIRETORIA EXECUTIVA
NACIONAL
BIÊNIO 2015/2017**

Presidente

Daro Marcos Piffer

Secretário

Epitácio da Silva Ribeiro

Diretor Financeiro

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico

Jordan Alisson Pereira

Diretor de Comunicação

Iso Sendacz

Diretor de Assuntos

Previdenciários

José Vieira Leite

Diretor de Relações Externas

Paulo Lino Gonçalves

Diretor de Estudos Técnicos

Mauro Cattabriga de Barros

Diretor de Qualidade de Vida

Márcio Silva de Araujo

Diretora de Ações Estratégicas

Rita Girão Guimarães

**CONSELHO FISCAL
NACIONAL**

Joaquim Pinheiro

Bezerra de Menezes

(Recife)

José Ribamar Santos Barros

(Rio de Janeiro)

Ronaldo Ferreira

(Curitiba)

EXPEDIENTE ANO 15 NÚMERO 54 ABRIL 2017

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Conselho Editorial

Aldomar Guimarães dos Santos, Clovis de Lima Barbosa Junior,

Daro Marcos Piffer, Iso Sendacz, Mauro Cattabriga de Barros,

Nehemias Monteiro Junior, Ricardo Luis Piccoli, Rubens Gandelman

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Baracat - Asa Sul - Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.portal.sinal.org.br

Contato com a **Por Sinal**: porsinal@sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti

(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Jefferson Guedes, Verônica Couto,

Elane Maciel, Carmen Nery

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Impressão: Ideal Gráfica e Editora Ltda

Tiragem: 8.000

Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport.

www.rapportcomunica.com

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas

nos artigos assinados.



**REFORMA DA
PREVIDÊNCIA**

**O jogo está
virando**

PÁGINA 4

AGENDA BC+

**Crédito mais barato:
realidade ou ficção?**

PÁGINA 12



TECNOLOGIA BANCÁRIA

**As novas moedas na
era digital**

PÁGINA 20

AGENDA SINAL

**Na pauta de
2017, os direitos
trabalhistas**

PÁGINA 36

ENTREVISTA | DARO PIFFER

**“O Sinal ganhou maior
credibilidade”**

PÁGINA 28

ARTIGOS

**Prevenir, o
melhor remédio**

PÁGINA 19

**A armadilha
brasileira de
liquidez**

PÁGINA 26

**Autonomia e
independência:
De quem?
Para quê?**

PÁGINA 33

REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

O JOGO ESTÁ VIRANDO

GOVERNO PERDE A GUERRA DE COMUNICAÇÃO
E NÃO CONQUISTA O APOIO DA OPINIÃO
PÚBLICA. NO SENADO, CPI PODE SE
TRANSFORMAR EM TRIBUNA DE
DISCUSSÃO DA SOCIEDADE.

JEFFERSON GUEDES



A reforma da Previdência ainda vai dar muita dor de cabeça ao governo. Desde março, o Planalto vem perdendo a guerra de comunicação que trava com os movimentos sociais para conquistar o apoio da opinião pública para a proposta. O primeiro revés veio da Justiça gaúcha, que concedeu liminar a nível nacional, no dia 15/3, suspendendo a campanha publicitária oficial. No dia 5/4, porém, decisão proferida pela ministra Carmen Lúcia, presidente do STF, reverteu a proibição.

Em seguida tivemos os grandes protestos nacionais, que ampliaram a pressão exercida nas redes sociais por eleitores indignados. Pesquisas recentes indicam que 66% da população são contrários à reforma.

O Congresso não ficou alheio a esse movimento. Na Câmara, deputados da base aliada pediram a seus partidos que não fechem questão a favor da matéria. Mesmo o PSDB emitiu sinais de preocupação diante do estrago eleitoral que a aprovação da reforma irá causar às pretensões do partido em 2018. No Senado, que não deve votar a PEC antes de junho, o clima é semelhante. As fissuras entre Temer e Renan Calheiros são públicas, fato que contribuiu para que o senador Paulo Paim conseguisse angariar assinaturas de 62 senadores para instaurar a CPI da Previdência. Paim quer investigar a situação real da Seguridade Social e expor as fragilidades do discurso oficial.

O governo monitora essa dinâmica atentamente e já não tem certeza de conseguir os 308 votos necessários para aprovar a proposta na Câmara. Na calculadora do Planalto, estima-se que mais de 60% dos deputados da base se opõem ao texto como foi redigido pela Fazenda. Com medo de uma derrota vexatória, Temer acenou com a "flexibilização" da reforma. Ele aceita rever alguns pontos da proposta, como as pesadas exigências para a aposentadoria dos trabalhadores rurais. Está disposto também a manter as regras atuais do Benefício de Prestação Continuada (que hoje garante pensão de um salário a pessoas pobres idosas ou portadoras de deficiência), topa excluir os professores e os policiais da reforma e vai promover ajustes nas regras de transição.

REFORMA OU PUXADINHO?

A tentativa desesperada de "dourar a pílula" tem como objetivo preservar o item principal da reforma: a idade mínima de 65 anos para aposentadoria. Se bem que, mesmo nesse caso, o governo só conseguiu manter o texto inicial para a aposentadoria dos homens. Para as mulheres, a idade mínima foi fixada em 62 anos.

Com estas alterações (e outras que o Senado possa introduzir), é bem provável que a tal "reforma" venha se transformar num "puxadinho", como já disse José Simão em sua coluna na Folha.

Ainda assim, as entidades representativas dos trabalhadores prometem ficar atentas e manter a mobilização, pois entendem que mesmo esse "puxadinho" pode contribuir para enfraquecer significativamente o direito constitucional de proteção à velhice.

Tal preocupação se deve ao caráter maquiavélico do texto apresentado pelo governo. Segundo o consultor do Sinal, Luiz Roberto Domingues, é preciso analisar a reforma ponto por ponto para se

perceber os seus impactos. O diabo está na sutileza, nas pegadinhas distribuídas por todo o texto, sempre com o objetivo de retirar direitos – sobretudo dos mais pobres.

A alteração dos parâmetros da aposentadoria por invalidez, por exemplo, foi proposta de maneira bastante sutil e esconde uma crueldade. O texto da reforma substituiu o termo "invalidez permanente", hoje vigente, por "incapacidade permanente para o trabalho". Para as aposentadorias por incapacidade, o governo propôs garantir benefício integral apenas para os trabalhadores que ficaram incapacitados durante a atividade laboral. Se um servidor perder a capacidade de trabalhar por um acidente de trânsito, vai cair na fórmula geral da reforma que garante 51% da média de salários mais 1 ponto por ano de contribuição. Se o tempo de contribuição não for muito grande, azar do trabalhador. Além de incapacitado, terá de se virar com a aposentadoria proporcional. A mudança, destaca o consultor do Sinal, se resume à troca de uma única expressão. O estrago, porém, é grande. É um direito social a menos.

O maquiavelismo não se resume apenas à redação da proposta. Como lembra a economista Laura Carvalho, professora da USP, o governo preparou uma armadilha para a sociedade com a aprovação da PEC do Teto de Gastos em 2016. Esse teto proíbe o aumento das despesas federais mesmo em um cenário de crescimento econômico, onde crescem as contribuições previdenciárias e diminui a taxa de desemprego.

Essa limitação gera um impasse. Ainda que todas as outras despesas estejam sujeitas ao teto, o número de benefícios continuará crescendo, por conta da elevação da expectativa de vida. Com isso, o orçamento da Previdência corre o risco de superar até mesmo a conta dos serviços da dívida, vaca sagrada desse governo. É aí que está a armadilha. O Planalto nada



É preciso analisar a proposta apresentada pelo governo ponto por ponto para se perceber os seus impactos. O diabo está na sutileza, nas pegadinhas distribuídas por todo o texto, sempre com o objetivo de retirar direitos, sobretudo dos mais pobres.

LUIZ ROBERTO DOMINGUES
CONSULTOR DO SINAL

diz sobre a dívida, claro, mas apregoa aos quatro ventos que, sem a reforma da Previdência, será o fim do mundo, com déficits crescentes e o colapso do sistema previdenciário em 2060, quando teremos mais beneficiários do que contribuintes.

CONTABILIDADE CRIATIVA

A lógica do discurso oficial é conhecida: o governo projeta as receitas oriundas das contribuições sobre a folha, subtrai os benefícios e chega ao déficit. Como já foi analisado na edição anterior da revista, a metodologia do governo desconsidera as outras fontes de financiamento da Previdência, como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e a receita das loterias. Porque quando se leva em conta todas as fontes de financiamento, o resultado da Seguridade Social é superavitário, ainda que seja visível um decréscimo assustador nos últimos anos devido ao agravamento da crise econômica (ver tabela abaixo).

Mas afinal, como o governo se posiciona em relação às fontes de financiamento da Seguridade definidas pela Constituição? Esta pergunta intrigava Wilson Romero, presidente da Anfip (Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil), até ele abrir a Cartilha oficial da Reforma da Previdência no site do Ministério da Fazenda (link do

documento: <http://bit.ly/20OsukG>). Na página 3 da Cartilha, Romero encontrou a seguinte pergunta: "De onde vêm os recursos da Previdência Social"? Para seu espanto, no texto a Fazenda elenca todas as fontes de financiamento da Previdência.

O presidente da Anfip ficou impressionado com o que chamou de "sincerídio" do governo. Por isso, não perdeu tempo: correu ao cartório mais próximo para autenticar o conteúdo desta Cartilha. Ele receava que, cedo ou tarde, este trecho fosse editado ou suprimido. Afinal, este material é um presente para os movimentos sociais que afirmam não haver déficit quando se considera todas as fontes da Seguridade.

Na sequência do documento, mais contradições. Ao tentar explicar o déficit da Previdência, o governo afirma que se trata da simples diferença entre o que é arrecadado mensalmente por suas fontes próprias e o montante destinado ao pagamento dos benefícios. Ocorre que as tais "fontes próprias", citadas anteriormente na própria Cartilha, apontam para um superávit se computadas no conjunto do Orçamento da Seguridade Social.

Essa confusão não é à toa. Segundo o professor Eduardo Fagnani, coordenador do estudo "Previdência: reformar para excluir", a nova "contabilidade criativa" do governo é afirmar que existe déficit no Orçamento da Seguridade Social (e não só na Previdência). Esse suposto déficit vem da não contabilização da contribuição do governo como receita da Previdência.

Em audiência pública realizada na Câmara, Fagnani lembrou que desde 1989 são desviados recursos da Seguridade para outras finalidades como o pagamento dos pensionistas da União. Estes são regidos

DÉFICIT OU SUPERÁVIT?

R\$ bilhões	2012	2013	2014
Receitas	595,8	651,1	687,8
Programas Sociais	513,0	574,7	632,1
Superávit	82,8	76,4	55,7

Fonte: ANFIP, com base em números do governo

pelo art. 40 da Constituição, na seção dedicada exclusivamente aos Servidores Públicos. Não existe nenhuma referência a pensionistas e servidores nos artigos 194 e 195, que tratam da Seguridade Social. Desviar dinheiro da Cofins para pagar pensionistas da União é inconstitucional.

A prova do desvio vem do próprio governo. Fagnani cita uma entrevista de Jader Barbalho à revista *Veja* de 31/5/1989. Ministro da Previdência do presidente Sarney, Jader explicitou o tamanho do rombo federal: “O problema do déficit da Previdência Social está sendo gerado por fatores externos. Da Cofins, a que a Previdência tem direito, só foi repassado 0,32%. O que a Secretaria de Planejamento argumenta é que esse dinheiro foi repassado para outros setores do governo que compõem o conjunto da Seguridade Social – que abrange o Ministério da Saúde e até mesmo os pensionistas da União. Além disso, outra fonte de renda, a Contribuição Social sobre os Lucros das empresas (CSLL) reduziu-se ao meio. De um total de três bilhões, a Previdência só recebeu 1,5 bilhão de cruzados novos.”

Sarney inaugurou o rombo e seu gesto foi imitado. “Desde 1989, passando pelos governos Collor, Fernando Henrique, Lula, Dilma, contabiliza-se como fonte de receita da Previdência apenas a contribuição do empregador e do empregado”, afirma o economista. O tal déficit da Previdência é uma mentira construída com o auxílio de vários presidentes.

UMA REFORMA ALTERNATIVA

Mesmo considerando o superávit atual da Seguridade, o grande desafio é o futuro desse sistema, pois este superávit pode ser corroído pelo aumento da expectativa de vida. Atenta a isso, a economista Denise Gentil elaborou um ensaio (com mais três colegas) onde propõe uma reforma da Previdência alternativa. Isto porque a discussão tradicional sobre o equilíbrio do sistema enfatiza sempre a redução do número de benefícios como a única medida capaz de resolver a crise anunciada da Previdência. Denise entende que essa crise pode ser enfrentada sem redução dos benefícios, desde que se considere três fatores:

- O aumento da produtividade dos trabalhadores, que amplia os ganhos da economia e reduz a diferença entre a contribuição dos ativos e os benefícios dos aposentados mesmo se não houver



Eu acho interessante porque o governo não consegue nem prever o PIB do próximo trimestre, mas consegue dizer quanto será o déficit da Previdência Social em 2060.

DENISE GENTIL
PROFESSORA DA UFRJ



significativo crescimento da força de trabalho;

- A elevação da receita (fruto do crescimento do PIB);
- O nível de emprego formal.

Convidada pela Comissão Especial da Câmara que trata da reforma para uma audiência pública realizada em 28 de março, Denise surpreendeu os parlamentares ao incluir estas variáveis em três cenários diferentes para o futuro da Previdência Social. Em todos, ela utilizou como fonte de receita somente a arrecadação sobre a folha, como faz o Ministério da Fazenda. Já que o governo é o dono da bola e influencia o “juiz” da partida (a mídia), é importante saber jogar o jogo do governo e surpreendê-lo no contra-ataque (*ver tabela ao lado*).

No cenário pessimista, Denise estima que em 2050 haveria, sim, um déficit na Previdência, mas ele seria 54% inferior ao projetado pelo governo caso estas variáveis se comportem com os valores mostrados na primeira linha da tabela. Já no cenário moderado, que aponta para um ganho maior de produtividade, a Previdência alcançaria o superávit em 2038. No cenário otimista, o superávit viria em 2027. Tudo isso levando em conta a existência de uma única fonte de receita e mantendo as regras atuais de aposentadoria.

O fundamental, aqui, é a relação entre o crescimento da economia e a Seguridade Social. Se o país tiver um modelo de desenvolvimento digno desse nome, os ganhos de produtividade serão mais consistentes. Isso vai impulsionar as receitas da Previdência, diminuindo o peso da questão demográfica.

O modelo atuarial do governo é precário nesse sentido. “Eu acho interessante porque o governo não consegue nem prever o PIB do próximo trimestre, mas consegue dizer quanto será o déficit da Previdência Social em 2060”, critica

Denise Gentil. “É uma arrogância também de quem acredita que existe um modelo determinístico, com um único resultado, a respeito do qual é uma verdade inexorável, inquestionável. O caminho mais prudente seria traçar cenários de possibilidades com margens de erro no cálculo desses valores”.

Outro aspecto fundamental para que tenhamos cenários mais promissores na Previdência, segundo a economista, é a própria gestão do sistema. Eis aqui um problema sério, que ainda não mereceu a devida atenção do governo. Pauta para uma CPI?

CPI DA PREVIDÊNCIA

Levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional revela que os devedores da Previdência Social acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões. Isso representa quase três vezes o déficit que o governo afirma existir no setor. Na lista, com mais de 500 nomes, há grandes empresas, como a mineradora Vale (dívida de R\$ 275 milhões) a JBS, da Friboi (R\$ 1,8 bilhão), Caixa Econômica Federal (R\$ 549 milhões), Bradesco (R\$ 465 milhões), Banco do Brasil (R\$ 208 milhões) e Itaú Unibanco (R\$ 88 milhões).

Estima-se ainda que R\$ 100 bilhões têm chance média ou alta de recuperação, a curto prazo, por serem devidos por empresas que estão em funcionamento e têm patrimônio para saldar os débitos. Sendo assim, o que falta à União para recuperar esse dinheiro?

Esta é uma das perguntas que o Senador Paulo Paim vai tentar responder com a CPI da Previdência. Crítico da reforma, que considera criminosa, o senador entende que bastaria o governo “ir pra cima e cobrar as dívidas” para sanear as contas públicas.

Paim não sabe avaliar se a CPI da Previdência irá influir na tramitação da reforma na Câmara, mas certamente irá

impactar o Senado, a partir de junho. Além disso, a CPI estará a pleno vapor na mesma época em que o TCU (Tribunal de Contas da União) pretende divulgar o resultado da auditoria iniciada em março com o objetivo de avaliar a real situação da Previdência.

A análise do TCU é bem-vinda, afirma o senador. Ele lembra, contudo, que auditorias recentes mostraram números preocupantes e nada foi feito (o senador se refere à auditoria divulgada sobre o rombo da Previdência nos estados, há dois anos). A seu ver, o TCU não será a referência central nesse assunto e sim a CPI, que vai debater não só a existência do tal déficit mas, sobretudo, expor os grandes devedores da Previdência.

“A CPI vai esclarecer se o país precisa ou não da reforma da Previdência”, avalia.

Mais do que isso, a CPI pode ser a tribuna para que a sociedade discuta, com transparência, o que deseja para o país. Como diz o professor Eduardo Fagnani, não se trata apenas de pensar “no que eu vou ganhar ou vou perder” com a reforma. O que está em jogo é o país que nós temos hoje e o país que vamos ter daqui a 30 ou 40 anos se a proposta do governo for aprovada. Ao que tudo indica, será um país bem mais desigual, onde a Previdência não cumpre mais seu papel de mitigar as contradições do capitalismo brasileiro, que de tão atrasado não suporta nem mesmo os direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988. ▣

O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
CENÁRIOS	PRODUTIVIDADE	AUMENTO DA RECEITA	EMPREGO FORMAL	RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
PESSIMISTA	0,70%	1,30%	1,50%	Déficit
MODERADO	1,00%	2,00%	2,00%	Superávit
OTIMISTA	1,20%	3,50%	2,40%	Superávit
Fonte: Denise Gentil				

SERVIDOR FEDERAL

UMA PONTE PARA O PASSADO

Reforma após reforma, o servidor público vem sendo responsabilizado como um dos fatores de desequilíbrio da Previdência. É um discurso fácil, que encontra eco numa sociedade que ignora, por exemplo, que a maioria dos servidores passou sua vida recolhendo 11% sobre o total da sua remuneração, não de um teto estabelecido. Seja como for, o governo dá um passo significativo na desvalorização da carreira do servidor ao propor um cronograma para unificar as regras dos regimes geral e próprio por meio da PEC 287/16. As implicações desta proposta vão muito além da redução dos benefícios.

Para a presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF, Thaís Riedel, o que está em curso é uma alteração significativa na própria ideia que se tem de servidor. Durante muito tempo, explica, o servidor foi amparado por um regime específico, fora da CLT, com o objetivo de garantir, entre outras coisas, sua imparcialidade no exercício de função pública. Na mesma linha, a aposentadoria era um prêmio ao servidor que dedicou sua vida à causa pública e, com isso, abriu mão dos ganhos que poderia obter na iniciativa privada.

Esta era acabou. Ou está acabando, já que a convergência plena entre as regras de aposentadoria de trabalhadores do setor privado e dos servidores e políticos deve estar concluída em 20 anos, pelos cálculos do governo.

Para Sergio Belsito, presidente do Sinal-RJ, a reforma da Previdência pode consolidar também o fim do mutualismo como base do seguro social. Até hoje, o mutualismo consiste no sistema em que o conjunto dos participantes contribui com regras iguais e o fundo gerado custeia as despesas assistenciais de cada participante. É o mutualismo que permite, por exemplo, que os trabalhadores da ativa paguem os benefícios de quem já está aposentado. A paulatina entrega da seguridade à banca

privada vai acabar com este regime, pois na Previdência Complementar, o contribuinte paga apenas para ele mesmo. Será um mundo mais egoísta, prevê Belsito.

O dirigente do Sinal, aliás, é uma “autoridade” em matéria de regras de transição. Com a reforma da Previdência de 1998, Belsito atrasou sua aposentadoria por cinco anos. Em 2003, aprovou-se uma nova regra de transição que lhe trouxe mais dez anos de trabalho. Quando se aposentou, aos 62 anos, o sindicalista já havia contribuído 42 anos para a Previdência.

Analisando a reforma em curso, Belsito se diz surpreso, até certo ponto, pois não esperava ver os servidores perdendo benefícios mais uma vez. “Imaginava-se que o governo não iria mexer novamente nos direitos dos servidores porque, com a reforma de Lula, a situação estaria resolvida com o Funpresp”, o fundo de previdência complementar do servidor público federal.

De fato, essa suposição fazia sentido. A reforma de 2003 já havia fixado o teto do INSS (hoje no valor de R\$ 5.531,31) como limite de aposentadoria para o servidor. Quem ganha mais e queira garantir uma aposentadoria melhor, obrigatoriamente terá de contribuir para o Funpresp. Com a edição da Lei 12618/2012 – que instituiu o regime de previdência complementar a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição – a mudança passou a ser válida para todos os servidores públicos da União que ingressaram a partir de 28 de junho de 2012, data de criação do Funpresp.

Com estas novas bases para a aposentadoria do servidor, não haveria necessidade de criar outros instrumentos para dificultar ainda mais as concessões de benefícios.

O atual pacote pode trazer mudanças profundas, que destacamos no quadro ao lado:



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PERDA DE DIREITOS

REGRA DE TRANSIÇÃO

O servidor que, na data da promulgação da emenda, comprovar idade igual ou superior a 45 anos (se mulher) ou 50 anos de idade (se homem) poderá se aposentar com paridade e integralidade quando comprovar:

- 60 anos de idade, se homem, e 55 de idade, se mulher;
- 35 anos de contribuição, se homem, e 30 de contribuição, se mulher;
- 20 anos de serviço público;
- Cumprir pedágio de 30% sobre o tempo que faltava para se aposentar na data da promulgação da emenda.

SERVIDOR QUE NÃO TEM DIREITO ADQUIRIDO NEM SE ENQUADRA NA REGRA DE TRANSIÇÃO

Será integralmente incluído nas novas regras da Previdência:

- Idade mínima de 65 anos de idade para aposentadoria;
- Cálculo da aposentadoria com base na média das remunerações, sendo 51% decorrente do requisito da idade e 1% por cada ano de contribuição.

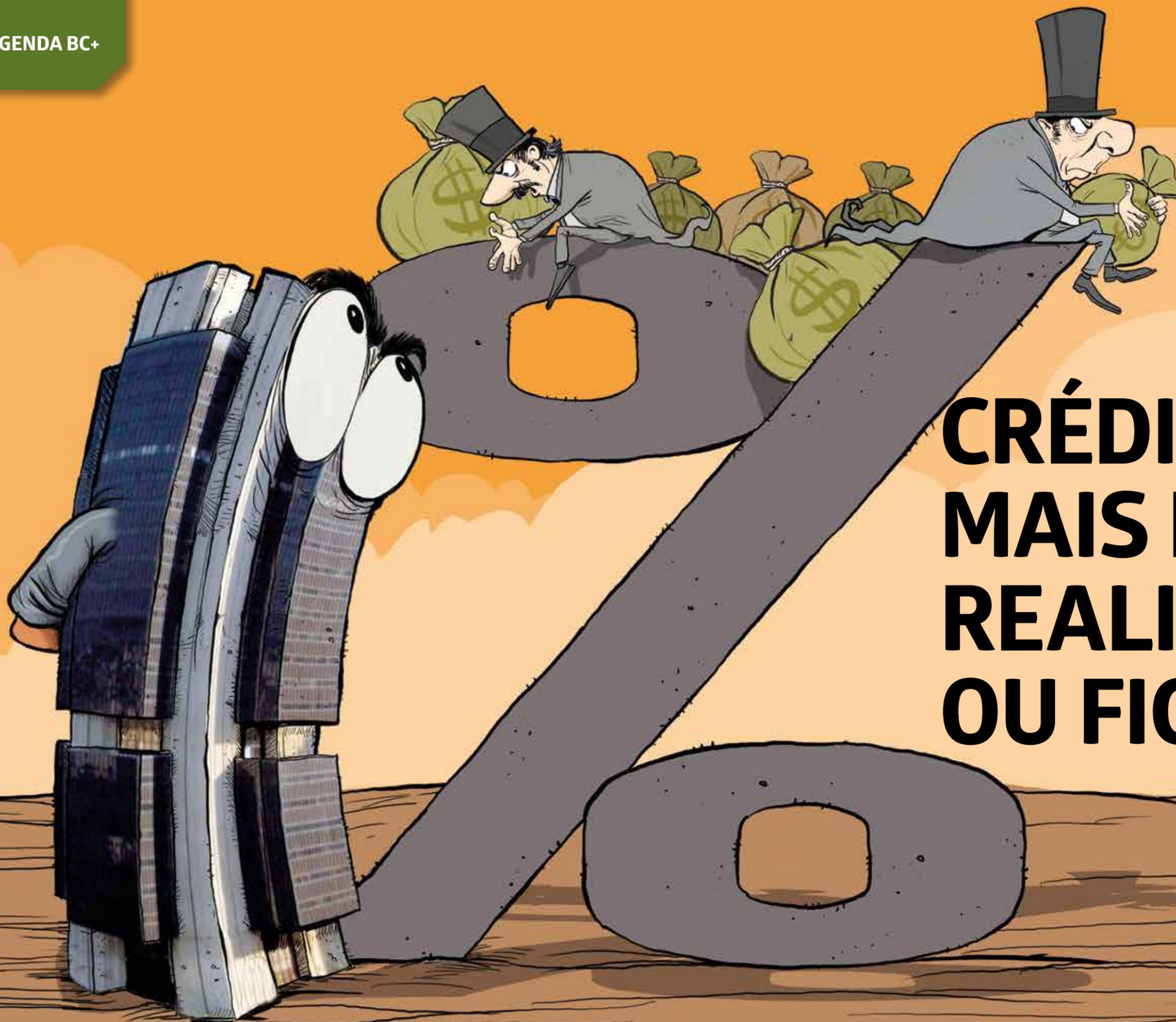
EQUIPARAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES

A PEC unifica os critérios para concessão de benefícios a homens e mulheres, inclusive a idade mínima de 65 anos, salvo se já tiver direito adquirido ou se for alcançada pela nova regra de transição. Há indícios fortes, no entanto, que este item será modificado pelo Congresso.

FIM DA PARIDADE E INTEGRALIDADE

Prevista para todos os servidores que:

- Não tenham preenchido os requisitos para requerer aposentadoria na data da promulgação da emenda, inclusive aqueles que ingressaram no serviço público antes de 2003;
- Não tenham sido alcançados pelas novas regras de transição.



ANALISTAS AVALIAM QUE ESTRATÉGIA DO BC PARA REDUZIR O *SPREAD* NÃO TERÁ SUCESSO SE INSTITUIÇÃO DEIXAR DE ATACAR O PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E DAS ALTAS MARGENS DE LUCRO.

CRÉDITO MAIS BARATO: REALIDADE OU FICÇÃO?

VERÔNICA COUTO

Em um contexto recessivo e de grande desemprego – 13 milhões de pessoas sem trabalho formal –, o custo do financiamento no Brasil voltou à arena de debates. Fator essencial para o desempenho da economia, ele pode afetar diretamente a nova estratégia anunciada pelo Banco Central, a Agenda BC+, sustentada em medidas estruturantes para tornar o crédito mais barato, aumentar a educação financeira, modernizar a legislação e melhorar a eficiência do sistema financeiro.

Para técnicos do Banco e especialistas na área de direito do consumidor, várias ações apontadas para baratear o crédito, como a restrição ao período de utilização do crédito rotativo e incentivo ao parcelamento obrigatório do saldo devedor do cartão de crédito, em vigor desde 3 de abril, podem até contribuir para a melhor organização do sistema, mas dificilmente trarão redução nas taxas de juros, apontadas como os maiores responsáveis pelo superendividamento das famílias.

Na avaliação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o controle do endividamento depende da queda dos juros e dos *spreads* bancários, que, por sua vez, só vão cair se forem enfrentadas a concentração no setor e as altas margens de lucro dos bancos, como destaca nota técnica produzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a respeito das medidas anunciadas pelo pela Agenda BC+.

O *spread* bancário – diferença entre o custo de captação pago pelo banco e a taxa de juros cobrada nos empréstimos a pessoas físicas e a empresas (inclusive às administradoras de cartão) – tem resistido a anos de críticas, impermeáveis a várias ofensivas para reduzi-lo. Agora, está na agenda do Banco Central e, também, na pauta de um grupo de trabalho criado pela Comissão de Assuntos Econômicos

do Senado (CAE), dedicado a propor alternativas para reduzir o custo do crédito e aumentar a produtividade da economia. Frequentemente, ainda, os debates na Câmara dos Deputados, onde tramita um projeto de lei (PL 3.515/15), que reforma o Código de Defesa do Consumidor e dispõe sobre a prevenção e o equacionamento do superendividamento, a partir de incentivo à educação financeira e da formação de núcleos de conciliação e mediação de conflitos, e da instituição de mecanismos para acordos extrajudiciais e judiciais visando a proteção do consumidor.

Na CAE, é consenso que o Brasil precisa reduzir o custo de financiamento, como deixou claro o coordenador da subcomissão, senador Armando Monteiro (PTB-PE), em entrevista à TV Senado: “Reduzir sem medidas mágicas, sem voluntarismo, mas por meio de uma agenda que permita de forma estrutural atacar esse problema, que representa uma desvantagem do país.” O senador reconhece que as margens elevadas de intermediação financeira aumentam os custos de capital para o pequeno empresário, o consumidor que usa cartão de crédito e quem faz financiamento de capital de giro.

Entre os mais altos do mundo – na faixa de 25,9 pontos percentuais no crédito livre –, não é a primeira vez que os *spreads* bancários entram na mira da CAE. Há quase dez anos, em sessão realizada em dezembro de 2008, auge da crise internacional, senadores indignados cobravam providências a Henrique Meirelles, que ocupava então o posto de presidente do Banco Central no governo Lula. Em junho de 2009, menos de um ano depois e com a crise interna aparentemente controlada, o *spread* somava 27,2 pontos percentuais, e sua normalização continuava sendo “uma prioridade do governo”, afirmava então o mesmo Meirelles, mais uma vez, à CAE. Em seminário sobre o tema realizado em fevereiro no BC, o ministro disse ter como

meta inicial fazer a taxa retornar a patamar anterior à da crise atual, ou seja, 18 pontos percentuais.

POPULAÇÃO ENDIVIDADA

De lá para cá, as taxas subiram e o endividamento também: 60 milhões de brasileiros estão incluídos em cadastros restritivos de crédito, ou 57,9% das famílias, num total de cerca de R\$ 200 bilhões, de acordo com dados de março da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O cartão de crédito é, disparado, o principal canal de endividamento das pessoas: citado por 76,6% das famílias. Em segundo lugar, estão carnês, com 15,1%, e, em terceiro, financiamentos de carro, com 10,2%. Do conjunto de famílias endividadadas, 9,9% afirmam que não terão como pagar suas dívidas – uma taxa recorde, a maior desde 2010, início da série histórica.

Para o Idec e o Dieese, os juros excessivos empurram os débitos a níveis impagáveis, surpreendendo os próprios consumidores, que veem as dívidas subirem rapidamente de valor. Para os bancos, a culpa das altas taxas é do próprio devedor, ou seja, do grande número de inadimplentes no país.

Na opinião do economista Ricardo Piccoli, presidente do Sinal/Porto Alegre e analista do BC, o argumento não se sustenta. “Seríamos então o povo mais caloteiro do mundo. Temos um sistema bancário desenvolvido, atualizado, comparável tecnologicamente ao americano, ao europeu ou ao japonês, com taxas de juros superiores até as do contexto africano, onde os bancos captam a 10% e emprestam a taxas entre 20% e 30%”. Para ele, o alto *spread* tem uma razão simples: o lucro bancário, que responde por cerca da metade da taxa.

Na média dos últimos cinco anos,

de 2011 a 2016, o lucro foi o maior componente, com 53%, na composição do *spread* bancário do chamado crédito livre com taxas prefixadas, aquele contratado pela maioria das pessoas físicas, que registrou uma média de 35,2 pontos no período. O número foi apresentado pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, durante seminário, em fevereiro, que tratou das medidas da Agenda BC+ para reduzir o *spread*. Depois do lucro, vêm os impostos diretos (CSLL e Imposto de Renda), respondendo por 7 pontos, ou cerca de 20%; e, só em terceiro lugar, a inadimplência, equivalente a 6,5 pontos, ou 18,5% do total. Os demais itens que formam o *spread* envolvem custos administrativos, com 2,2 pontos, e compulsórios, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC) com 1,2 ponto.

A posição do governo em relação aos juros, contudo, aproxima-se da tese defendida pelos bancos, segundo a qual o problema maior está na inadimplência. Até agora, as principais iniciativas da Agenda BC+ para redução do custo de crédito têm priorizado mecanismos que deem maior segurança aos credores – mudança no cadastro positivo (que passará a ter adesão automática), criação da Letra Imobiliária Garantida, duplicata eletrônica, alterações na lei de falência (para acelerar a posse de bens dados em garantia) e mesmo a imposição de limite ao rotativo do cartão de crédito, que poderia evitar os casos de consumidores que simplesmente desistem de pagar.

No mesmo seminário, o presidente do BC destacou o crescimento no mercado de pessoa física do crédito habitacional e do consignado, segundo ele, justamente por serem aqueles de menor risco para o credor. “Estou enfatizando essas duas faixas porque, quando o crédito tem sua segurança, sua garantia, ele cresce. (...) Na questão da garantia dos empréstimos, temos visto que aquelas parcelas que são

mais seguras avançam e estão crescendo. Isso dá uma dica de uma parte das medidas, de onde que elas têm de vir. Elas têm de vir da segurança e da redução da incerteza.”

FREIO NO ROTATIVO

Nessa direção, o BC decidiu dar um freio no crédito rotativo, que produz dívidas impagáveis, com juros que, em fevereiro, chegaram a 481,5%. A Resolução nº 4.549, publicada em janeiro, estabelece que o crédito rotativo só poderá ser usado durante 30 dias. Após esse período, o saldo devedor precisará ser quitado ou parcelado por instituição financeira que ofereça taxas de juros mais baixas.

Como efeito imediato, a impossibilidade de rolar a dívida do cartão deve aumentar as inscrições nos serviços de proteção ao crédito, como o Serasa ou o SPC. “Muitas pessoas talvez não consigam nem quitar a dívida, nem suportar as novas parcelas”, reconhece Nehemias Monteiro, analista do BC.

Após o impacto inicial da resolução, contudo, ele acredita que a tendência é de redução da inadimplência. “Poder ficar meses sem pagar nada do principal da dívida, e continuar comprando, é uma distorção do nosso mercado. Ao fazer apenas o pagamento mínimo, na prática, muitos acabam pagando três, quatro vezes o valor original da fatura. A resolução quebra o mecanismo do rotativo, que deixava as pessoas em uma situação extremamente difícil.”

Para Piccoli, embora a medida possa atenuar a evolução do endividamento, não produzirá queda nos juros. “A resolução parece interessante e pode conter um pouco o ritmo do endividamento das pessoas, em um contexto em que os bancos cobram taxas altíssimas das operadoras dos cartões, que as repassam aos clientes, que, por sua vez, precisam, por conta própria, buscar nos bancos a repactuação.



Poder ficar meses sem pagar nada do principal da dívida, e continuar comprando, é uma distorção do nosso mercado. A resolução quebra o mecanismo do rotativo, que deixava as pessoas em uma situação extremamente difícil.

NEHEMIAS MONTEIRO
ANALISTA DO BANCO CENTRAL

Mas não vai produzir queda nos juros.” Segundo ele, a oferta de crédito é pouco elástica – com poucas instituições financeiras –, o que sustenta o seu alto custo: nas dívidas de financiamento, cerca de 70% se referem a juros.

Com o limite imposto ao rotativo, “o que vai acontecer é que haverá menos oportunidade de cobrança dessas taxas”, prevê Nehemias Monteiro. A regra não diz que seja obrigatório bloquear o cartão, mas como o parcelamento do saldo devedor é contabilizado dentro do limite autorizado para o crédito, o analista do



Trocar o rotativo pelo parcelamento não vai conter o endividamento, porque os juros não serão baixos. Continua a indução ao endividamento, mas de forma alongada.

IONE AMORIM
PESQUISADORA DO IDEC

BC explica que as parcelas da repactuação vão deixar cada vez menos margem disponível para uso. “Se a pessoa precisou refinarçar R\$ 1 mil, os R\$ 1.200, que serão pagos, por exemplo, em doze parcelas de R\$ 100, vão comprometer o seu limite de crédito, evitando a continuidade do

endividamento”, acredita o analista.

A resolução, no entanto, não dá detalhes de como os bancos devem proceder na repactuação. Na avaliação do Idec, a iniciativa do BC de combater o endividamento é positiva, mas as lacunas quanto à sua aplicação trazem riscos para os direitos dos consumidores e não asseguram que as taxas no parcelamento caiam a patamares compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários. A instituição enviou uma carta ao Banco Central, com vários questionamentos sobre a resolução, e na qual informa que fará notificação formal dos problemas apontados à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom). Argumenta, por exemplo, que, antes de a nova regra entrar em vigor, os bancos já ofereciam, na própria fatura, a possibilidade de parcelamento com taxas inferiores às do rotativo, mas ainda muito acima das taxas mais acessíveis do mercado.

Segundo o levantamento do Idec, os cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa e Santander) ofereciam a repactuação, em fevereiro, a uma taxa média de 160,36% ao ano (8,10% ao mês, praticamente toda a

inflação prevista para 2017), sendo a mais alta a do Itaú Unibanco, com 250,73%, e a menor, do Banco do Brasil, 89,43%. “A praticidade de parcelar o saldo dentro da própria fatura desburocratiza o processo, mas não é garantia de taxas de juros mais competitivas”, afirma o documento. Muitas vezes, as taxas de juros do crédito pessoal no mesmo banco são inferiores às taxas de juros para o parcelamento (ver tabela abaixo).

“Trocar o rotativo pelo parcelamento não vai conter o endividamento, porque os juros não serão baixos”, diz a economista e pesquisadora do Idec Ione Amorim. “Continua a indução ao endividamento, mas de forma alongada.” Na prática, impedido de recorrer ao rotativo, o consumidor já terá de parcelar no primeiro vencimento da fatura, firmando um compromisso que pode chegar até 24 meses. Na sua opinião, a maior preocupação da política deveria ser facilitar a quitação da fatura em condições razoáveis, e não desdobrar a dívida. O que significa, na prática, mexer nas taxas e no *spread*, levando em conta a capacidade de pagamento efetiva dos consumidores. ■

MEDIDAS PARA CONTROLAR INADIMPLÊNCIA

Na Agenda BC+, tanto a duplicata eletrônica quanto o cadastro positivo buscam obter mais informações sobre os tomadores de crédito, para que as instituições financeiras possam separá-los em “maus e bons pagadores”, oferecendo juros mais altos a uns e mais baixos a outros. “Temos de enfrentar a questão da informação e da assimetria”, justificou o ministro Henrique Meirelles, no seminário do BC sobre os *spreads*.

No caso do cadastro positivo, um projeto de lei vai propor que, em vez de o usuário ter de fazer sua inscrição, ele será incluído na lista automaticamente, precisando pedir para sair dela. E a duplicata eletrônica envolveria, na verdade, um amplo sistema centralizado para registro das duplicatas e, também, de outros recebíveis, como cartão de crédito. Essa base de dados vai informar, por exemplo, se aquele ativo foi usado como garantia de outra operação. Atualmente, cada banco tem seu próprio ambiente de desconto de duplicatas, e a ideia é reunir a informação dispersa, de modo que o BC tenha um registro mais rigoroso dos pagamentos e da inadimplência no mercado. “O aumento da segurança dos credores tem impacto direto nas taxas de descontos de títulos com esse tipo de garantia”, acredita Meirelles.

“A duplicata eletrônica é um bom controle, que pode ajudar no acompanhamento da política monetária, com mais um indicador para o BC – o nível de inadimplência –, além do comportamento da inflação”, analisa a economista Regina Camargos, do Dieese, assessora na subseção da Confederação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Para a melhoria das condições do crédito e redução dos juros, contudo, ela não vê efetividade nem no cadastro positivo, nem na duplicata eletrônica.

A AgendaBC+ também prevê redução no prazo de pagamento da operadora de cartões para o estabelecimento comercial, padronização tecnológica das máquinas

de cobrança e a diferenciação entre os preços dos diversos meios de pagamento – dinheiro, cartão de crédito e débito, boleto e cheque. Medidas que tentam estimular a concorrência entre as operadoras de cartões, diminuir custos dos lojistas e clientes. A diferenciação de preços por meio de pagamento, no entanto, é proibida pela Portaria 118/94, do Ministério da Fazenda, e também pelo Código de Defesa do Consumidor.

Finalmente, um dos pontos mais controversos da Agenda BC+ está na intenção de restringir o crédito direcionado, financiamentos com taxas menores oferecidos pelos bancos públicos – principalmente o BNDES – para fomento a segmentos considerados estratégicos para o desenvolvimento. O argumento do governo é que o subsídio “esteriliza” efeitos da política monetária e induz o aumento no custo do crédito livre, supondo que este incorpora uma “compensação” pelas linhas de juros mais baixos. A primeira ofensiva concreta ao crédito direcionado foi a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), atrelada a uma taxa de mercado, para substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nas linhas de crédito do BNDES.

A TLP será composta pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), no prazo de cinco anos. No dia 1º janeiro de 2018, a nova taxa será igualada à TJLP vigente, convergindo gradualmente no prazo de cinco anos para a remuneração integral da NTN-B. A nota do Dieese, anterior ao anúncio da TLP, já criticava a decisão de restringir o crédito direcionado. “Num momento de agravamento da recessão causada, entre outros fatores, pela forte restrição e encarecimento do crédito, tal medida pode retardar ainda mais a retomada do crescimento econômico”, alertou.

COMPARATIVO DAS TAXAS DE JUROS. PARCELAMENTO DO CARTÃO DE CRÉDITO X CRÉDITO PESSOAL

BANCO	PARCELAMENTO CARTÃO		CRÉDITO PESSOAL	
	TAXA	ANO	TAXA	ANO
Banco do Brasil S.A.	5,47	89,43	4,37	67,01
Banco Bradesco S.A.	7,27	132,04	4,74	74,37
Banco Santander S. A	8,5	166,02	5,06	80,84
Caixa Econômica Federal	7,85	147,19	5,47	89,37
Itaú Unibanco BM S.A.	11,02	250,73	7,07	127,02

Fonte: Banco Central 15/02 a 21/02/2017

PESQUISA DO IDEC

BANCOS LUCRAM COM RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

O endividamento do consumidor brasileiro é um modelo de negócio, e não resultado da falta de informações sobre o cliente, como alegam os bancos e o governo. A avaliação é da economista Ione Amorim, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que defende políticas de educação financeira, incentivo aos usuários que não rolam dívidas e diretrizes para negociações em condições compatíveis com os recursos do tomador do crédito.

Pesquisa realizada pelo instituto sobre as políticas dos bancos para tratar seus clientes endividados mostrou que 56,7% dos entrevistados consideraram que a instituição financeira não avaliou a sua capacidade de pagamento na proposta de acordo. E 37% atribuíram a falta de planejamento e o acúmulo de dívidas como principal fator de endividamento, maior até do que o desemprego, com 21%.

“Renegociar para os bancos significa alongamento de dívida, e, mesmo com taxa menor, a longa exposição levará ao crescimento do débito”, adverte a pesquisadora. “Pode ser um grande negócio para o banco somar a dívida do cheque especial, do cartão de crédito, do CDC, juntar tudo e fazer o consumidor contrair uma nova dívida por meio do parcelamento”, adverte a economista.

A pesquisa do Idec se baseou em dois questionários, aplicados no período de julho a setembro de 2016: um para os consumidores, respondido pela internet por 1.815 participantes; e outro para os cinco bancos mais citados por eles como credores: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander. O levantamento é o segundo de uma série de três e integra o projeto Guia dos Bancos Responsáveis (GBR), desenvolvido com apoio da Sida/Oxfam Novib. A possibilidade de renegociar as dívidas é um direito previsto nos artigos 360 e 367 do Código Civil

e a pesquisa tentou avaliar em que medida se oferece, na prática, essa alternativa ao consumidor.

“De um lado, os endividados apontam que não conseguem renegociar as dívidas que não estão atrasadas, ou antes de ficar com o ‘nome sujo’, e que os bancos são inflexíveis em suas propostas”, diz o relatório da pesquisa. “De outro, as instituições afirmam ter políticas para renegociação e tratamento de dívidas vencidas e vincendas, além de acolherem os endividados e orientá-los sobre educação financeira e uso responsável do crédito.”

Do total de correntistas consultados, 53,6% já tentaram renegociar uma dívida, mas, destes, 60,8% não conseguiram um acordo; apenas 39,2% se acertaram com o banco. Entre os motivos apontados para o insucesso estão: transferência da dívida para outra empresa (29,1% dos casos); e impossibilidade de renegociar dívidas que ainda não estão inadimplentes (24,2%), mesmo que eles saibam que não poderão pagá-la. Os bancos, por sua vez, não informaram em que situações repassam a dívida para escritórios de cobrança e insistem em afirmar que têm opções para negociar a dívida antes do vencimento.

Para Ione, o atraso e o descumprimento dos acordos derivam da inflexibilidade dos bancos e da falta de avaliação real da capacidade de pagamento do consumidor que quer, mas não consegue cumprir o compromisso assumido. Segundo dados do Banco Central, relativos a outubro do ano passado, o índice de inadimplência de dívidas renegociadas é de 18,1% – o segundo maior, atrás apenas do cartão de crédito, com 36,1%. “Esse cenário evidencia que as operações de renegociação são realizadas em condições desfavoráveis para os consumidores e que elas resultam em novo ciclo de inadimplência”, diz.

ARTIGO

PREVENIR, O MELHOR REMÉDIO

LAURA SOARES TUPINAMBA E LUCIANA LIRA SCIOTTA

Manter o alto nível motivacional do corpo funcional, aprimorar o clima organizacional, promover o direcionamento focal dos servidores aos seus objetivos funcionais, aumentar a capacidade física e laboral e melhorar a qualidade de vida no trabalho são alguns dos objetivos a serem alcançados pelas áreas gestão de pessoas no âmbito do serviço público federal. Entre outros instrumentos, aqueles capazes de atuar diretamente sobre a saúde física e emocional do servidor são os mais relevantes. Oferecer possibilidades de cuidado aos funcionários é uma forma de valorizá-los e não apenas eles, também os próprios órgãos, instituições e carreiras do Executivo Federal.

Há uma crescente incidência das doenças crônicas degenerativas na atual fase do processo de modernização da sociedade brasileira, tornando-as cada vez mais relevantes epidemiologicamente, além de aumentar seu peso social sobre os orçamentos das assistências à saúde. Desta forma, as necessidades em saúde tendem a ser infinitas, mas os recursos não.

Existem algumas possibilidades de atuação para atender essa crescente demanda: ou aumentam-se os recursos para tratar, após a doença já instalada, investindo, assim, em terapias curativas, que têm um custo muito elevado, ou em terapias paliativas para evitar agravos de saúde em indivíduos sem possibilidade de cura, ou investe-se mais em prevenção para redução de incidência/prevalência de casos futuros. Sabe-se, por exemplo, que vacinar toda a população, muitas vezes, é mais econômico que tratar apenas um caso de incidência da doença, caso ela se instale.

Ressalta-se, portanto, que a saúde não tem preço, mas ficar doente custa caro. Em um cenário no qual tudo é importante, estabelecer prioridades é imprescindível – o que impõe a necessidade não apenas de uma revisão de agenda, mas revisão das formas de atuação. Neste quadro, a questão da prevenção como estratégia positiva de intervenção pode ser muito eficaz. O objetivo é ficar menos doente, evitando acometimentos e comprimindo morbididades.

A Organização Mundial da Saúde afirma que cada unidade monetária investida em programas de promoção e prevenção pode representar uma economia de até três unidades monetárias em terapias curativas. Os aumentos de investimento para saúde e não apenas para a doença, somados a reorientação dos recursos existentes, devem favorecer a criação de potencialidades e ambientes

adequados de prevenção e promoção da saúde. Representando grande avanço nas ações políticas e as diretrizes públicas.

A administração pública federal já atentou sobre a importância das ações de prevenção de doenças e promoção de saúde como meio de aumentar a produtividade de seus processos e a excelência de entregas para a sociedade, consagrando essa indicação através da Portaria Normativa nº 3, de 25/03/2013 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que instituiu diretrizes gerais de proteção e promoção da saúde do servidor público federal.

Segundo a Portaria, as políticas de Promoção de Saúde (PS) e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) devem, além de outros aspectos, contemplar a educação em saúde, prevenção de riscos, agravos e doenças, de maneira descentralizada e transversal, fomentando a gestão participativa – onde o servidor não é um objeto de intervenção, mas sim um sujeito ativo, consciente e responsável.

As iniciativas de promoção de saúde devem, preferencialmente, basear-se em dados epidemiológicos, avaliação dos processos de trabalho e das condições de saúde. Além disso, as ações devem considerar a saúde em todos os seus aspectos, através de uma abordagem multiprofissional que possibilite ampliação dos conhecimentos sobre saúde e aumento da autonomia decisória individual e coletiva.

Nesse contexto, a promoção da saúde deve ser reconhecida como estratégia fundamental das políticas de gestão de pessoas, garantindo o equilíbrio entre trabalho e saúde, observando a humanização na atenção à saúde e as especificidades de cada grupo (saúde da mulher, do homem, do idoso, das pessoas com deficiência, entre outros).

(*) LAURA SOARES TUPINAMBA: Analista do Banco Central do Brasil, graduada em Odontologia, especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Pará e mestranda em Gestão e Planejamento em Saúde pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.

() LUCIANA LIRA SCIOTTA:** Analista do Banco Central do Brasil, graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Educação Física pela Universidade Estácio de Sá e MBA em Gestão de Saúde pela Fundação Getúlio Vargas.

AS NOVAS MOEDAS NA ERA DIGITAL

MERCADO CRESCE RAPIDAMENTE E PODE CRIAR UMA ECONOMIA PARALELA, GERIDA POR PESSOAS E PARA PESSOAS. HOJE MAIS DE CEM MOEDAS CRIPTOGRAFADAS CIRCULAM PELO MUNDO.

ELANE MACIEL E CARMEN NERY

As novas tecnologias digitais do século XXI promoveram mudanças significativas no mercado financeiro, com forte impacto nos meios de pagamento, a partir da criação de moedas virtuais criptografadas, usadas para compra de bens ou serviços pela internet. O pontapé inicial desse processo foi dado com o surgimento do “bitcoin”, criado em 2008, e que no Brasil circula desde 2011. Em dez anos, este nicho de mercado teve uma expansão impressionante. Hoje, mais de cem moedas virtuais circulam pelo mundo.

Esse crescimento tem sua razão de ser. Ao contrário do dinheiro físico, os novos ativos digitais, por não estarem atrelados a governos, autoridades monetárias e bancos, não sofrem nenhum tipo de fiscalização e passam ao largo das flutuações cambiais, com suas cotações sendo regidas apenas pela oferta e demanda.

Há quem acredite que as criptomoe- das têm o potencial para gerar uma mudança disruptiva no sistema financeiro, criando uma economia paralela, gerida por pessoas e para pessoas. Isso porque a confiança não está baseada numa autoridade monetária central, e sim nos

participantes. E por permitir transações semianônimas e quase livres de impostos e taxas, mesmo no caso de envios para o exterior. É possível transferir dinheiro para o outro lado do planeta, de uma pessoa para outra, sem a intermediação de bancos ou regulações governamentais, quase imediatamente.

REAÇÃO MUNDIAL

Por se tratar de um produto relativamente recente, a legislação mundial sobre essas operações ainda está em construção, devendo consolidar-se nos próximos anos. Enquanto isso, cada país administra da sua

maneira o surgimento das novas moedas, criando regras mínimas de convivência.

No Japão, por exemplo, o governo estabeleceu que os lucros e processos de compra relacionados ao “bitcoin” devem estar sujeitos à cobrança de impostos e ao monitoramento do Estado. Há também os países que estão tentando criar barreiras para a circulação desse tipo de moeda, como a Rússia, a Índia e a China, cujos investidores procuram refúgio nas criptomoedas contra medidas adotadas pelos governos em relação à moeda local. Vale destacar que a China, hoje, é responsável por 80% das 200 mil transações diárias realizadas no mundo.

Em contrapartida, países europeus fazem movimento ao contrário, preparando-se para reduzir a circulação de moeda física. Na Suécia, ano passado, apenas um quinto de todos os pagamentos de consumidores foi feito em espécie. Em Berlim, na Alemanha, já existe um bairro, conhecido como “bitcoinkiez” (bairro do “bitcoin”, em alemão), em que todo o comércio local aceita receber pagamento com a moeda virtual.

A Dinamarca, por sua vez, anunciou que quer se tornar o primeiro país a eliminar oficialmente a circulação de dinheiro físico. E, na Escócia, ganha força o projeto “scotcoin”, que pretende ser a moeda virtual escocesa numa alternativa à libra esterlina. Para estimular a adesão à moeda, quem se cadastrou em janeiro de 2017 ganhou bônus de mil “scotcoins”.

BC: NOVOS DESAFIOS

No Brasil, o Banco Central tem uma visão positiva do processo de inovação nos serviços e produtos financeiros, e entende que esse processo é natural e inevitável, “porque aumenta a eficiência do sistema financeiro, facilita a aderência a requerimentos normativos e permite atender à demanda social de praticidade, simplicidade e rapidez”.



É fundamental que as novas tecnologias se tornem efetivas para que novos modelos de negócios se consolidem. Uma intervenção regulatória prematura pode inibir as inovações.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
DIRETOR DE REGULAÇÃO DO
BANCO CENTRAL

A instituição, no entanto, admite ser preciso separar transações eletrônicas que utilizam moeda local, o real, das transações por meio de moedas virtuais. “O Banco Central entende que as inovações precisam amadurecer, pois é fundamental que as novas tecnologias se tornem efetivas para que novos modelos de negócios se consolidem. Uma intervenção regulatória prematura pode inibir as inovações”, explica Otávio Ribeiro Damaso, diretor de Regulação do Banco. Por Sinal à instituição.

Nesse sentido, considerando as

inovações que estão ocorrendo no setor financeiro nos últimos anos, foi criado grupo de trabalho para acompanhar especificamente os novos modelos de negócios, como as *fintechs*, que oferecem serviços financeiros pela Internet, de forma a avaliar os impactos no setor, bem como a eventual necessidade de aprimoramentos regulatórios.

Em outra frente, no âmbito da ‘Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro’ (ENCCLA), o BC coordena a elaboração de diagnóstico sobre a atual conjuntura de utilização de moedas virtuais. Afinal, o papel do BC de regulador e de supervisor do sistema financeiro sempre terá sua importância para o cenário financeiro brasileiro.

“Caso se identifique a necessidade de intervenção regulatória, o Banco Central estará pronto para adotar tempestivamente as medidas necessárias para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e do mercado de câmbio”, garante o diretor de Regulação do Banco.

TEMPOS MODERNOS

Principal moeda virtual em circulação hoje no Brasil, o “bitcoin” passou a ser negociado no país por volta de 2011. O mercado começou a se profissionalizar a partir de 2013, com o crescimento das primeiras corretoras, que movimentaram, na ocasião, um volume de operações de R\$ 15 milhões. Esse número triplicou para R\$ 43 milhões em 2014, e mais que dobrou em 2015, chegando a R\$ 115 milhões, até atingir o montante de R\$ 300 milhões no ano passado. Segundo projeções da consultoria Bit Valor, a expectativa é de que alcance R\$ 800 milhões em 2017.

Atualmente, estima-se que operem no país entre dez e 15 corretoras, mas

90% do mercado ainda é dominado por três principais trades: a Foxbit, a Mercado Bitcoin e a Bitcoin ToYou.

O “blockchain” é uma tecnologia de registro de transações descentralizada, do ponto de vista físico e de governança, que funciona como um Livro Razão público, composto por duas partes: uma rede par a par (*peer-to-peer*) e um banco de dados distribuído (BDD). Os registros têm os dados distribuídos entre milhares de computadores na internet, o que, junto com a criptografia, garantem a integridade da transação, sendo impossível adulterá-la. Isso dispensa as etapas de verificação, conferência de *compliance* e tantas outras, intrínsecas às transações bancárias atuais. No ano passado, o Fórum Econômico Mundial projetou que o “blockchain” e o “bitcoin” devem responder por 10% do PIB mundial já em 2027.

O “bitcoin” é o primeiro ativo digital da plataforma “blockchain” e funciona como um sistema econômico alternativo que usa moedas digitais e se autorregula com base em um sistema de mineração informatizado. Mantendo o anonimato dos participantes, todas as transações são checadas para evitar cobranças duplas ou fraudes e ficam disponíveis para serem averiguadas.

As moedas são geradas em blocos pelos mineradores, pessoas que usam softwares de mineração e a uma taxa controlada e previsível. As regras foram estabelecidas pelo programador Nakamoto, que definiu o limite máximo de 21 milhões de unidades a serem criadas até 2040. Até o momento, já foram minerados 16.240.000 “bitcoins”, e a rede emite a uma taxa de 12,5 unidades a cada dez minutos. Mas a taxa decresce pela metade a cada quatro anos – será 6,25 em 2021. Como o número é finito, a tendência é que o “bitcoin” se valorize cada vez mais. Hoje, no Brasil, a cotação é de cerca de R\$ 4 mil.



BANCOS COMUNITÁRIOS Plataforma digital aquece negócios

No Brasil, um dos principais efeitos do avanço da tecnologia na área financeira se traduz na expansão de plataformas digitais oferecidas pelos bancos comunitários. Isso foi possível graças à criação de um marco regulatório, editado em 2013 pelo Banco Central, que permitiu às organizações sociais terem uma carteira de serviços financeiros, oferecendo abertura de conta corrente, empréstimo, aceitando

pagamentos, entre outras atividades.

Impulsionado pela medida do BC, o Instituto Palmas, em nome da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, investiu na aquisição do sistema E-dinheiro, plataforma digital criada pela empresa Moneyclip – que já trabalhava no desenvolvimento de produtos para esse segmento de bancos –, com todas as ferramentas, inclusive internet banking, marcas e patentes. O negócio foi fechado em 2016, com recursos do BNDES.

O sistema E-dinheiro tem como característica a moeda social, controlada e gerida pela comunidade. “Com a compra da plataforma, temos agora um banco digital de propriedade exclusiva da Rede de Bancos Comunitários à disposição da economia solidária e do povo brasileiro,” comemora Joaquim Melo, coordenador-geral do Instituto Palmas, pioneiro no Brasil ao criar o Banco Palmas, há 17 anos, responsável pela moeda “palmas” que circula no Conjunto Palmeira, na periferia de Fortaleza, Ceará.

O aplicativo foi desenvolvido levando-se em conta as características do público de baixa renda, podendo ser usado por smartphone, celular comum ou cartão. Para Joaquim, o futuro é digital, veio para ficar e vai acabar com o dinheiro em espécie e cartão de crédito, porque oferece mais comodidade, segurança, agilidade e controle. “Esse processo é irreversível. Nos bancos comunitários, trabalhamos com as duas moedas, mas a tendência é ir migrando as operações físicas para a internet. A nova geração já nasceu digital”, sentencia.

PARCERIA EM REDE

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários é composta de 113 bancos, espalhados por 19 estados mais o Distrito Federal, dos quais 70 já utilizam a moeda digital. Os 14 mil usuários do E-dinheiro movimentam, mensalmente, R\$ 2,5 milhões com pagamento de boletos, contas, recarga de celular, entre outros. Hoje em dia, 690 estabelecimentos aceitam a moeda digital comunitária. O ponto de equilíbrio da plataforma é movimentar R\$ 100 milhões por mês.

“Isso não é nada, se conseguirmos pagar benefícios por meio do E-dinheiro.

Só no Banco Palma, que é correspondente da Caixa, pagamos, mensalmente, de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões de Bolsa Família”, explica o coordenador-geral. Ele calcula que 90% desse montante fica na comunidade.

De acordo com Melo, o Banco Central ainda não atentou para a situação de penúria em que se encontram os pobres do país, com o fechamento de agências bancárias, correspondentes e caixas eletrônicos nas pequenas cidades, por conta de assaltos – em muitos casos, com violência. “A metade dos municípios brasileiros não tem como pagar um boleto bancário, fazer uma transação financeira ou sacar dinheiro. O sistema financeiro quebrou, está falido para os pobres”, questiona.

Por conta dessa situação, o Instituto Palmas reivindica ao Banco Central o direito de fazer os pagamentos do Bolsa Família, pensão do INSS e outros auxílios que possam ser pagos por meio do E-dinheiro. “É uma perversidade o que estão fazendo com as pessoas que recebem esses benefícios. Se fossem pagos pelos bancos comunitários, acabaria com a peregrinação atrás de uma agência da

Caixa ou do correspondente do banco estatal, o único que pode pagar o Bolsa Família. Apenas um décimo dos municípios tem agência da Caixa”, argumenta Melo, ressaltando que protocolou uma carta solicitando audiência ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e pedindo autorização para pagar aposentados e pensionistas pelo E-dinheiro. Até o momento, não teve resposta.

Com o marco regulatório dos bancos digitais, essas transações são legais e seguras. O Banco Palmas paga a 3.600 mulheres o Bolsa Família da comunidade Palmeiras. Se não fosse isso, elas teriam de percorrer oito quilômetros para ter acesso a uma agência do banco.

APLICATIVO E-DINHEIRO

O funcionamento do E-dinheiro é bem simples: o número do celular é o mesmo da conta do correntista no banco comunitário digital. O usuário tem no aplicativo do celular a possibilidade de ver o saldo, o extrato da conta, e verificar no que gastou com alimentação, remédio e até consultar a poupança, que, aliás, não rende juros, porque só é permitido aos bancos

comerciais ter poupança remunerada.

“Estamos estudando uma maneira de instituir um bônus, implantando mecanismo para bonificar quem deixar o dinheiro na poupança digital por um determinado tempo. É mais um serviço que vai atrair o usuário”, acredita o coordenador-geral do Instituto Palmas.

No comércio local, o pagamento é feito pelo celular do comprador para o celular do comerciante. O dono do estabelecimento, por sua vez, utiliza esse valor como bem quiser. Pode comprar em outro banco credenciado, trocar por real na rede de bancos comerciais do país ou depositar em sua conta por transferência bancária, em Doc ou Ted.

Em cada transação comercial realizada pelo E-dinheiro, é descontada do comerciante uma taxa de 2% sobre o valor total da compra, que tem como destino o fundo de crédito do banco comunitário – na moeda social física não é permitida



a cobrança dessa taxa. Assim, os bancos comunitários digitais não precisam de lastro para começar a operar, pois essa taxa compõe o fundo. O custodiante da plataforma E-dinheiro é o Instituto Periferia, uma espécie de banco central dos bancos comunitários. Ele contabiliza as transações, tem todos os registros de movimentação e, no fim do ano, faz um

relatório detalhado ao BC, como determina o marco regulatório.

“O Banco Central tem de ficar distante. Quanto mais criar regras e regulamentos, mais engessa os bancos comunitários. Se normatizar demais, os pobres ficam de fora, como acontece no sistema financeiro dos grandes bancos”, conclui Joaquim Melo. ✓

A EXPERIÊNCIA EXITOSA DE MARICÁ

A prefeitura de Maricá, distante 103 quilômetros da capital do Rio de Janeiro, instituiu, em 2013, uma política pública que ao mesmo tempo atende as famílias de baixa renda e movimenta a economia local. Numa parceria com o banco comunitário da região, o município criou o Bolsa Solidária Mumbuca e inovou na forma de pagamento, que é feito por meio da moeda social eletrônica “mumbuca” (nome de um rio local), com suporte em cartão eletrônico magnético. A novidade contou com o apoio técnico do Banco Palmas.

Cada família beneficiária da bolsa recebe 85 “mumbucas” em crédito no cartão magnético e realiza suas compras na rede local credenciada por meio da maquininha P.O.S

(Ponto de Serviço), que é customizada para aceitar a moeda social. Atualmente, são 14 mil beneficiados do Bolsa Solidária, que gastam no comércio local, mensalmente, 1,1 milhão de “mumbucas”.

A utilização do sistema eletrônico para concessão das bolsas, abrindo mão da moeda física, além de pioneiro no país, torna o processo mais transparente, facilitando o controle, a fiscalização e a prestação de contas. O registro das transações é feito de forma automática, em tempo real e com precisão, simplificando a administração dos recursos. Assim, atende às necessidades da prefeitura e dos órgãos competentes, como é o caso do Banco Central.



A ARMADILHA BRASILEIRA DE LIQUIDEZ

RICARDO LUIS PICCOLI

O setor financeiro, que intermedeia a riqueza gerada por parcela superavitária da população – embora, sob algum risco e razoável lucro, financie a parcela deficitária –, é parceiro quase recente, porém indispensável, do moderno capitalismo, num processo pretensa e originalmente virtuoso de “azeitar” a atividade econômica. No entanto, esse setor pode desvirtuar-se, subjugar o capital e tornar-se quase que parasitário, numa ciranda pernicioso ao Estado e à sociedade, na qual o próprio Estado é seu principal causador (representado por uma parcela da sociedade que nele influencia e dele se beneficia). Assim como o próprio Estado é a principal vítima (representado, agora, pela parcela deficitária de recursos, justamente aquela que financia esse Estado e por ele é explorada).

Esse desvirtuamento pode ser atestado pelas altíssimas taxas de liquidez que as instituições financeiras brasileiras estão preservando, parasitando os títulos rentáveis do Estado e suprimindo a parcela de recursos que poderia dinamizar o desenvolvimento econômico. Desvirtuamento devido à excessiva aversão ao risco do financista, somado às generosas taxas de juros do governo, levando a um modelo que explora a baixa elasticidade das taxas ao crédito (taxa de juros ao consumidor *versus* volume disponibilizado ao crédito), e com isso drena seus recursos para o financiamento da dívida pública.

Ao final, a geração de riqueza segue um processo que não remunera o trabalho, sequer o capital (o qual, sabe-se, encontra-se imiscuído com o esquema rentista), mas unicamente o sistema financeiro. A recessão e o combate à inflação são as sentenças de ordem para criar dívida e dar suporte à liquidez dos bancos, sustentado nos altos juros

oficiais. Situação que leva a economia a uma “armadilha de liquidez bancária”, cujos efeitos nefastos superam a tradicional “armadilha keynesiana de liquidez” e, de quebra, nos atrela à dominância fiscal.

Para compreender a evolução recente da influência do sistema financeiro nas políticas econômicas, faz-se necessária uma contextualização em torno da Crise Americana de 2008. Depois dessa crise, os países desenvolvidos lançaram estímulos fiscais, porém, sempre acompanhados de estímulos monetários, para não sobrecarregar o Estado em dívidas. Na ponta dos estímulos fiscais, os baixos juros contrabalançavam as dívidas governamentais.

Aqui, os estímulos fiscais também aconteceram, mas sob um regime de altíssimas taxas de juros, o que explica a explosão da dívida pública. No período, estes estímulos salvaram o Brasil da “marolinha”, mas a política monetária, sem a mesma personalidade e robustez da política fiscal, armava um rebote que viria a ser fatal a partir de 2015. Justamente, quando se encontra com a crise política. Aqui, a continuidade de políticas monetárias, adaptadas de modelos exógenos, não se ajustou à realidade econômica local, pois, sendo um país fraco (institucional e socialmente) e de recursos econômicos questionáveis, esses modelos favoreciam apenas à banca e não ao desenvolvimento da Nação.

Mais especificamente, não se conseguiu conduzir, internamente, uma política monetária adequada, simplesmente aumentando juros (premissa nekeynesiana, aconselhada pelo FMI, porém, já não mais hegemônica, após críticas de Blanchard e outros). Afundou-se o Estado em dívidas, gerando a dominância fiscal, e não mais se conseguiu reduzir a inflação proporcionalmente, como se pode observar nos últimos anos. Pois, se a política fiscal for diametral à monetária, a geração de superávit primário

é incapaz de cobrir os dispêndios com juros. Uma simples correlação entre inflação e taxa Selic, nos últimos dez anos, mostra que o efeito é inverso, como denuncia o economista André Lara Resende.

E as instituições que definem a política econômica (governo e Banco Central), apesar de enxergarem o descompasso entre a política monetária, política fiscal, juros e realidade da dívida pública, foram incapazes de abandonar os preceitos anacrônicos da velha política que foca única e exclusivamente no juro e na inflação.

Lara Resende, em artigo recente, é um dos poucos economistas de renome a abordar de frente o problema dos juros altos, apresentando a relação direta (que, segundo a TQM, deveria ser inversa) entre taxa de juros e inflação. Posição que o expõe a críticas dos *think tanks* e da academia dominante no pensamento econômico influente na política.

Embora encare corajosamente esse tabu de juros no Brasil e sua correlação com a dominância fiscal, Lara Resende escorrega quando se pronuncia sobre a causa do problema. Está correto, mostrando a correlação direta entre taxas de juros e inflação, nos últimos anos. Porém, não aborda o problema de maneira completa. Prefere namorar com as teorias wickselianas e neofisherianas, sagazmente se ancorando em algum academicismo e desviando da dominância fiscal, na qual nos encontramos há anos, em que os juros passam a ter mais importância que o principal da dívida.

Dessa maneira, o problema brasileiro, que imbricou na atual dominância fiscal, não precisa ser explicado por modelos acadêmicos exógenos. Ou, sequer, se ancorar no modelo simples de Lara Resende (aumento de juros responsável pela inflação). Uma análise mais acurada da situação brasileira mostra que, no curto prazo, a taxa de juros pode domar a inflação, mas, a persistir o modelo por longo tempo, e com a política monetária diametral à política fiscal, a dominância fiscal se faz presente e o juro não mais consegue o efeito desejado.

O modelo anacrônico utilizado pelo Banco Central, ancorado pela antiga política nekeynesiana, acredita na eficácia da taxa de juros combatendo a inflação no curto

e no longo prazo. Lara Resende acredita no efeito inverso, para curto e longo prazo. Porém, parece mais lógico aceitar que a taxa de juros tem efeito imediato de reduzir a inflação (corroborando a TQM), mas, a persistir seus efeitos por longo tempo, leva a uma deterioração crônica das contas governamentais.

Se, no momento, a inflação brasileira cedeu, na base da marreta e da bigorna, evidente se mostra a devastação econômica provocada pela política econômica que leva à chamada dominância fiscal. Comprova a validade da política para o curto prazo, porém, sua ineficácia para o longo prazo (correlação direta da taxa de juros com a inflação).

Portanto, redução de juros (e de *spreads*) oficiais e desestímulo ao entesouramento de recursos em tesouraria de bancos (em títulos gordos do governo) é o desafio atual para o crescimento sustentável do Brasil. Uma visita às atuais políticas monetárias de outros países* também se faz necessário para se compreender e evitar o domínio do poder financeiro

nas políticas econômicas, situação que, rapidamente, leva à dominância fiscal. Uma revisitada aos modelos de combate à inflação, sem dúvida, seria o primeiro passo para desencadear os demais.

(*) Para entender a influência financeira, inclusive nos países centrais:

O Banco Central Europeu (BCE) ainda não discutiu como deixará de aplicar o programa de afrouxamento quantitativo, mas os governos e os bancos devem se preparar para um cenário de taxas de juros mais altas, disse Benoît Coeuré, membro do conselho executivo do BCE. Ele disse também que os candidatos às eleições presidenciais da França devem ter particular cuidado e não construir programas econômicos com base em juros baixos

para os próximos cinco anos... salientando que a vulnerabilidade dos bancos às taxas de juros será o tema principal dos testes de estresse do BCE neste ano. “As taxas negativas foram muito eficazes, mas não devem ser mantidas por tanto tempo, a ponto de penalizar o setor bancário.”

Fonte: Valor Econômico, 4/4/2017

(*) RICARDO LUIS PICCOLI é Especialista do Banco Central e conselheiro nacional do Sinal



Redução de juros oficiais e desestímulo ao entesouramento de recursos em tesouraria de bancos é o desafio atual para o crescimento sustentável do Brasil.

“O SINAL GANHOU MAIOR CREDIBILIDADE”

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Daro Marcos Piffer, credibilidade e maior inserção nos grandes debates nacionais compõem o principal legado da sua gestão, que se encerra no próximo dia 30, após quatro anos de mandato. Entre os desafios a serem enfrentados pelo seu sucessor, ele destaca o realinhamento dos salários dos servidores do Banco Central aos de carreiras congêneres, como os funcionários da Receita Federal, além da atração das novas gerações ao movimento sindical e a valorização do servidor por meio de uma atuação mais efetiva do Banco junto aos consumidores e à sociedade. Nesta entrevista, Daro faz um balanço das conquistas alcançadas e das prioridades das lutas que virão, inclusive na resistência às reformas propostas pelo governo, que ameaçam direitos históricos dos cidadãos.

° O discurso do governo usa a crise pela qual atravessa o país para justificar reformas profundas, que, para muitos, significam redução de direitos e precarização do trabalho. Por exemplo, a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, ou a lei da Terceirização. Como você avalia o cenário atual e a inserção do Sinal neste movimento de resistência?

O Sinal, assim como outros sindicatos, está resistindo a essas reformas. Entendemos que há necessidade de reformas, de modernizar legislações – tanto na Previdência quanto nas relações de trabalho e na regulamentação da terceirização. Mas não com essas reformas que estão sendo propostas, que tratam igualmente situações desiguais.

Na terceirização, por exemplo, a lei trata empregados de atividades-fim como empregados de atividades-meio, fazendo uma grande confusão e não dando as garantias necessárias a que recebam seus direitos. Além disso, os dados mostram que o trabalhador terceirizado está mais sujeito a acidentes do trabalho. As ações de treinamento são menos direcionadas a ele, que começa a trabalhar sem estar bem preparado para o serviço que vai realizar, o que aumenta a probabilidade de acidentes. Na questão do pagamento de direitos, os trabalhadores ficam vulneráveis, porque muitas das empresas quebram e não existe responsabilidade solidária da contratante. Há necessidade de regulamentação, mas não esta que está aí.



° E quanto à reforma da Previdência?

Acontece o mesmo na reforma da Previdência: trata desiguais de maneira igual. Ou seja, quem tem trabalho insalubre como quem não tem. Os trabalhadores da cidade como os do campo. Os do Nordeste, como os do Cerrado ou dos pampas ou da selva amazônica, que têm características, expectativas de vida e salários diferentes. Como se fossem todos iguais.

De fato, a população está envelhecendo. É necessária uma reforma da Previdência. Mas não esta que está aí, que tem uma regra de transição absolutamente draconiana, pela qual duas pessoas em condições iguais, com a diferença de um dia de nascimento, ou um dia a mais de ingresso no mercado de trabalho, tenham realidades completamente diferentes. Não é uma regra de transição gradual.

A mesma coisa na reforma trabalhista. Precisamos avançar muitos pontos nas relações de trabalho, que têm regras engessadas, com um alto número de ações na Justiça, e que precisam ser mais racionais. A legislação precisa melhorar, mas não tirando direitos.

As reformas propostas pelo governo só consideram o lado do trabalhador. Não se mexe em reformas de governo, nem de tributos. Não se mexe no capital. Desde que eu sou jovem se fala em fazer reforma tributária. Temos hoje um sistema tributário em que, proporcionalmente, o pobre paga muito e o alto poder aquisitivo paga pouco. Há um desequilíbrio. Grande parte da tributação é sobre consumo, e não sobre a renda. É óbvio que não se vai fazer uma reforma tributária para que o governo arrecade

menos, embora se pague muito tributo no país e se pudesse reduzir um pouco essa carga. Mas precisamos de uma reforma para que se paguem melhor os impostos, que se contribua mais com a Nação e se retire a carga excessiva que está em cima do trabalhador de menor poder aquisitivo. Basta ver o número de anos em que os reajustes das tabelas do Imposto de Renda foram inferiores à inflação. Isso vai penalizando cada vez mais o contribuinte com menor renda.

° O discurso do caos feito pelo governo é uma chantagem?

Sim, é chantagem. O governo monta um discurso do caos para fazer com que se aprove as reformas que ele está propondo goela abaixo, com pouquíssima discussão, aproveitando um momento em que tem ampla maioria no Congresso. E é uma ampla maioria conquistada por causa da crise do impedimento da Dilma – porque o Congresso que teve a coragem de tirar a Dilma não pode deixar agora o novo presidente à mercê. É um Congresso refém do próprio governo.

Esse ambiente não é propício para fazer reformas. Você tem a maioria dos políticos encalacrada com denúncias da Lava-jato; o Congresso tentando aplicar leis para se defender, para proteger os políticos; um governo que enfrenta discussão sobre legitimidade. A legitimidade não deriva apenas de estar devidamente amparada na Constituição. O governo está de acordo com as leis, mas é legítimo? É fruto das aspirações do povo brasileiro? Tenho grandes questionamentos a respeito disso.

° **Você pode fazer uma síntese desses quatro anos de mandato no Sinal? Quais os principais avanços conquistados pela gestão?**

Uma dos legados que deixo para o novo presidente é um Sindicato com maior credibilidade. Atuei muito na marca do Sinal. Atualmente, o Sindicato se apresenta mais na mídia, melhorou bastante sua inserção. Só como exemplo: nos meus primeiros dois anos de mandato, conseguimos fazer 40 inserções na mídia, aproximadamente. Nesses últimos dois anos, passamos para 80. A mídia já começa a procurar nosso posicionamento, buscar notícias, querer saber o pensa o Sindicato. Também aumentou nossa participação em audiências públicas no Congresso Nacional. Hoje, o Congresso já chama o Sinal para opinar sobre uma série de assuntos, e não só sobre aqueles restritos ao Banco Central. O próprio governo tem nos chamado. É o caso do Ministério do Planejamento, por exemplo, que pretende preparar uma política de flexibilização do trabalho e consultou o Sinal. Isto porque temos vários estudos sobre flexibilização, teletrabalho, redução de jornada, que podem ser acessados na página do Sindicato na internet. O governo viu e nos chamou para conversar.

O Sinal, hoje, é visto como protagonista e está mais bem posicionado ante várias instituições, como a mídia, o governo e nossos pares. Aumentamos nossa participação no Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Grande parte das carreiras dos servidores públicos federais fez campanha salarial de dois anos, e vem nos procurando para dar suporte, opinião sobre como deve conduzir as campanhas e, principalmente, sobre o índice que deve solicitar ao governo numa eventual negociação. Acho que essa maior inserção foi o grande legado deste mandato.

° **Quais os desafios para o novo presidente?**

Nosso novo presidente também vai ter um começo mais ou menos tranquilo, porque fechamos um acordo de quatro anos. Então, nos próximos dois anos, não vai haver o desafio de campanha salarial, de negociação. Mas esta última campanha, em virtude do cenário político atípico, foi longa. A negociação durou um ano, depois mais seis meses para aprovação no Congresso. Ainda tivemos pontos acordados que foram vetados pelo presidente da República, e houve um descolamento nas carreiras registradas. Aquelas que conseguiram segurar mais as negociações, e foram fechar acordos no apagar das luzes no governo da Dilma, obtiveram ganhos diferenciados. Talvez porque o governo estivesse tentando uma sobrevivência, ele acabou cedendo mais espaço a carreiras como as da Polícia Federal e da Receita Federal, que são congêneres à nossa e têm importância para o governo e para a sociedade brasileira semelhante à do Banco Central.



O trabalho no BC é basicamente intelectual, tratamos da política monetária do país, temos influência enorme na política econômica, na política cambial, em várias políticas importantes que são formuladas dentro do BC. E aí você penaliza o servidor, trata-o como servidor de segunda classe, tendo de controlar o horário. Nessa concepção, não importa sua produção, mas o tempo gasto dentro da instituição. É um absurdo.

Temos agora de buscar condições de negociação para diminuir essa diferença. Esse é um desafio para o novo presidente. Mas, sem a campanha salarial, ele terá tranquilidade para montar um projeto, uma sistemática de trabalho, junto com o governo, o Ministério do Planejamento, para que possamos sanar essa diferença.

Acho que isto é o principal que ficou do mandato: um Sindicato mais presente, em diversos fóruns. E o desafio, em contrapartida, de resolver esse desalinhamento salarial com outras carreiras e colocar o Banco Central efetivamente no topo do Executivo.

° **Quais as outras metas que estão na pauta?**

Há desafios dentro de casa: teletrabalho, melhorias de qualidade de vida dentro do Banco, flexibilização. Embora a gente concorde com a flexibilização de horário do servidor, o Banco não pode olhar só o seu próprio lado. Obviamente, quando você flexibiliza o trabalho, o Banco Central vai ter um trabalhador mais motivado, porque o horário permite que ele faça outras atividades

importantes no ambiente familiar, pessoal, de lazer, e consiga balancear melhor suas atividades. E isso resulta em um trabalhador que está mais estimulado, traz recompensa para a instituição. Mas também é preciso considerar o lado do trabalhador.

Hoje, temos um problema dentro do Banco Central, que é a diferença entre o especialista e o procurador do Banco. O procurador está lá na advocacia e, porque faz trabalho intelectual, não tem controle de catraca. Mas a diretoria está querendo introduzir catraca para a carreira de especialista, como se ele não fizesse um trabalho intelectual. O trabalho no BC é basicamente intelectual, tratamos da política monetária do país, temos influência enorme na política econômica, na política cambial, em várias políticas importantes que são formuladas dentro do BC. E aí você penaliza o servidor, trata-o como servidor de segunda classe, tendo de controlar o horário. Nessa concepção, não importa sua produção, mas o tempo gasto dentro da instituição. É um absurdo.

° **O Sinal vai conseguir atrair a nova geração de servidores, mostrando a importância do Sindicato para conquistas coletivas e individuais?**

Sim, isto é amplamente necessário. Hoje, o Sindicato tem dificuldade de trazer os novos concursados, que o olham com desconfiança. Alguns dizem que é uma instituição retrógrada. O sindicalismo está em crise no mundo inteiro. Com as novas ferramentas, com a evolução tecnológica, a atuação dos sindicatos–, sua forma de lutar, colocar e negociar seus problemas– está mudando. Isso é requerido, e por isso não há tanta adesão. Mas é necessário entender que é por meio do Sindicato que vamos ter as nossas conquistas. Precisamos fazer um trabalho de aproximação, trazer o novo servidor para dentro. Porque só assim o Sinal vai conseguir olhar melhor para as necessidades dele.

° **Quais questões mobilizam mais os novos servidores e deveriam estar na pauta do novo presidente?**

Temos problemas no Banco Central que atingem efetivamente o servidor novo, com pouco tempo de Banco. Por exemplo, as questões de teletrabalho – porque o deslocamento casa/trabalho nas grandes cidades é caótico. Outros problemas, como o corte de gastos do governo, que afeta a busca por melhor qualidade de vida na atividade, uma vez que é necessário dinheiro para atender o servidor, que precisa de um ambiente não poluente, translúcido, com luminosidade. Que precisa de um lugar legal para tomar um café, uma boa mesa, um bom sistema de comunicação, de interfonia. Tudo isso é qualidade de vida, envolve dinheiro, e tem de ser atendido. Além disso, as pessoas procuram ter mais horas livres, de lazer, e essa distribuição melhor de horários afeta o novo servidor.



Há, ainda, uma questão crítica: a mobilidade no Banco Central. Você entra no Banco e querem te colocar, na maior parte das vezes, nas vagas que estão em Brasília. O Banco Central tem dez regionais, mas manda todo mundo para Brasília. O servidor sai da sua terra natal, vai trabalhar em Brasília, mas está preocupado, muitas vezes, em voltar, ser transferido para São Paulo, Belém... Essa é outra pauta para o próximo presidente do Sinal.

O BC precisa atender melhor a sociedade, e, para isso, estar mais presente nas regiões onde o povo está. Esse é um ponto. Outro é que o Banco tem de atender melhor o servidor. Com toda a tecnologia, o serviço não precisa mais estar tão centralizado, ser todo feito em Brasília. Posso fazer meu trabalho nas diferentes regionais e enviá-lo para a Capital.

° **Durante o mandato, você abordou a importância de o Banco Central se comunicar melhor com a sociedade e de mostrar a relevância do servidor para a qualidade do serviço prestado. Como se dá isso na prática?**

O servidor não tem autonomia no Banco Central. Ao perceber um problema em algum banco, ele não pode fazer uma investigação. Precisa de autorização de outras instâncias. Muitas vezes, você está em um serviço de campo, percebe um problema que precisa ser investigado, mas encontra-se fora do escopo do teu trabalho. Propõe investigar, e o Banco não autoriza, argumentando que o escopo é outro, que precisa fazer fiscalização nos outros bancos, tem problema de carência de pessoal. E aquele trabalho, que devia ser feito, transforma-se apenas em um questionamento ao Banco, que vai respondendo a um questionário, só encaixando as peças. Para cada pergunta encaminhada pelo BC, ele tem 30 dias para responder. As respostas não vêm completas, exigem nova arguição, e isso vai levando tempo, em vez de se colocar logo alguém para investigar *in loco*. Foi o que aconteceu no Panamericano. Dois anos depois, tínhamos um problema gravíssimo. O que é pior: problema grave de cessão de crédito, que talvez esteja em outros bancos também. É preciso aumentar o escopo da ação.

° **São necessários novos concursos para recompor os quadros e assegurar a autonomia do funcionário?**

Um novo concurso. Trabalhamos com isso, porque o Sindicato tem uma responsabilidade não só com o servidor, mas também com o Banco Central e a sociedade. Não queremos apenas o servidor bem remunerado. Queremos um Banco Central que atenda devidamente a sociedade, de forma que o servidor seja

valorizado. E o Banco precisa melhorar essa atuação e estar presente socialmente. Deve ser visto não como aquele formulador da política econômica, responsável pela taxa de juros, de que se ouve falar todo dia no noticiário, mas que é algo intangível. A sociedade precisa ver o Banco Central como uma entidade amiga, que resolve os problemas das pessoas. Estamos há mais de dez anos nessa luta.

O atendimento ao público está sendo reduzido cada vez mais. Se a pessoa tem um problema com um banco, hoje ela vai ao Procon fazer a denúncia. Mas o Procon não tem a expertise nem a autoridade necessárias perante as instituições bancárias. Antigamente, se você chegasse no Banco Central com um problema, o responsável do BC ia na instituição bancária saber o que estava acontecendo e propondo resolver. E o banco tentava resolver a questão rapidamente. Há uma postura de autoridade, que o BC está deixando para trás.

E o novo presidente do Sinal deve cobrar isso da atual direção. Que seja mais atuante, de forma a fortalecer sua autonomia, de forma que o servidor perceba a utilidade do seu trabalho para a sociedade. Muitas vezes, o funcionário inicia um processo de trabalho, dá sua opinião, o processo segue em frente e ele não tem mais acesso à sequência do que iniciou. Fica sem saber o resultado, se algo foi implementado, se algum gestor de banco foi multado ou penalizado, em decorrência da investigação que fez. Não sabe o porquê do seu trabalho e o faz de maneira burocrática. Mas se você sabe que aquilo que está fazendo será positivo para a sociedade, o cliente vai ter algum benefício, aquele banco vai parar de maquiar a contabilidade, por exemplo, isso faz toda a diferença.

° **Qual a mensagem que você deixa para o corpo sindicalizado do Banco Central?**

O mais importante que eu digo para o funcionário do Banco Central é: sindicalize-se. Venha participar da vida do Sindicato. É por meio do Sinal, defendendo ações coletivas, que vamos conseguir êxito nas reivindicações e benefícios individuais. É pela luta coletiva que vamos levar o Banco Central e seus servidores ao topo do Executivo. Venha se juntar. Se você tem críticas à atuação do Sinal, é aqui que vai conseguir melhorar e até modificar a atuação política da instituição.

E, para a sociedade, digo que estou gostando do que tenho visto, em especial, da ida às ruas. O que espero é que a sociedade brasileira mostre mais a cara, lute mais por seus direitos. Mas com respeito. ▀

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: DE QUEM? PARA QUÊ?

JOSÉ PAULO VIEIRA

É certo que o BCB tem a responsabilidade de suprir bens públicos essenciais: a estabilidade do valor da moeda e a solidez do sistema financeiro. É certo também que essa missão envolve essencialmente técnica e sensatez de profissionais experientes no trato de sistemas complexos, capazes de mitigar flutuações econômicas indesejadas. É certo, por fim, que o BCB é conduzido com relativa autonomia por cidadãos não eleitos, por conseguinte tem um evidente déficit democrático.

Como conciliar autonomia e independência – condições essenciais para o competente exercício da técnica – com a cidadania? O BCB pode – e deve – conquistá-las na mesma medida em que aprimorar os canais de transparência e de prestação de contas, em sintonia com os debates e as melhores práticas de outros países.

Ao Congresso do Partido Conservador britânico, a premiê Theresa May declarou: “A política monetária tem efeitos colaterais ruins. As pessoas que têm ativos ficaram mais ricas; as demais sofreram... algo tem de mudar.” W. Hague foi além: se os BCs não «mudarem logo, verão sua independência ser cada vez mais atacada”(1).

Algumas propostas iniciais incluem a adoção das seguintes definições para a atuação do BCB:

Autonomia: frente ao poder eleito (governos e políticos). Autonomia para gerir os meios de modo a construir os fins (objetivos de interesse da sociedade). “Independência” é um termo inadequado, pois o BCB

tanto integra o Estado quanto deve respeitar o governo eleito (não somos uma ilha), todavia não se trata de uma questão semântica: é essencial identificar e estudar o poder econômico para enfrentar seus mecanismos de captura.

Independência: frente ao poder econômico (sistema financeiro). A própria falta desta definição é sintomática; carecemos de fazer o enfrentamento sistemático deste tipo de captura. Esta lacuna enseja fraqueza da regulação em prejuízo do interesse público e, mesmo, do alcance da missão do BCB, dadas as disfunções abordadas no item 4.

2. AUTONOMIA

2.1. A autonomia do BCB (também chamada incorretamente de independência) exige graus mais elevados de prestação de contas e de transparência.

2.2. Há uma linha de argumentação, mais radical, segundo a qual “a independência do BC não é objeto de discussão» e que «os políticos fariam bem em não exercer influência nos lugares errados. “Nesse sentido, a autonomia (termo mais adequado) serviria como salvaguarda contra atuações oportunistas do governante, por exemplo, forçar uma expansão de crédito às vésperas de eleições para desequilibrar o resultado das urnas a seu favor.

2.3. Não dá para ignorar que declarações descuidadas sobre política monetária podem desestabilizar os mercados; portanto os políticos têm de ser cuidadosos com o que expressam. Mas não dá para concordar que a autonomia do BC “não é objeto de discussão”. Cabe exigir maior humildade dos tecnocratas, porque o que o Poder Eleito concede pode

também ser retirado (ameaça feita por membro conservador no Parlamento Britânico(1)).

2.4. Com certeza, esse é um território delicado. Um argumento dos favoráveis à autonomia é que os BCs têm prestado bons serviços à economia mundial. Todavia, a atuação dos BCs na última década tem gerado custos cada vez maiores e questionáveis: poupadores perderam; desemprego e desigualdade agravaram-se sobremaneira. Recusar-se a discutir implicações tão relevantes não é reação aceitável.

2.5. A argumentação de que o BCB deve ser deixado totalmente a cargo de técnicos competentes parece uma justificativa convincente. O problema é que o cidadão não tem visto os BCs (sejam mais ou menos autônomos) entregarem as suas promessas (item 4), o que nos recomenda cautela, humildade e muito trabalho.

2.6. Ademais, o fato de que a sociedade debata, transparente e democraticamente, as implicações sociais da política monetária não significa, necessariamente, o questionamento da legitimidade dos que definem regras, nem dos que as implementam. Os dirigentes dos BCs precisam mostrar que entendem as pressões políticas e as implicações de suas ações na vida dos cidadãos.

3. INDEPENDÊNCIA

3.1. A “independência” do BCB em relação ao mercado financeiro é um tema pouco explorado, sendo o livro do colega Estrela quase que uma exceção: “*Um ponto comumente ignorado, mas fundamental na discussão de independência e autonomia, é a necessidade de independência em relação aos mercados*”(2).

3.2. O BCB avalia o desempenho em tempo real das perspectivas econômicas sob a ótica dos agentes do mercado (pesquisa Focus, entre outras). O BCB pode “seguir os mercados”, por exemplo, produzindo uma sequência de taxas de juros que os mercados já embutiram na curva futura dos juros. Nessa conformidade, os dirigentes do BC podem até se sentir confortáveis, por terem evitado surpresas financeiras perturbadoras, todavia isso “pode causar política monetária fraca, por várias razões”(2).

3.3. Como avaliar estas decisões? Vamos exercer nossa competência para prestar contas à sociedade, com transparência. Como exercer o controle social sobre os resultados da política monetária? Não cabe dizer “isso está fora de

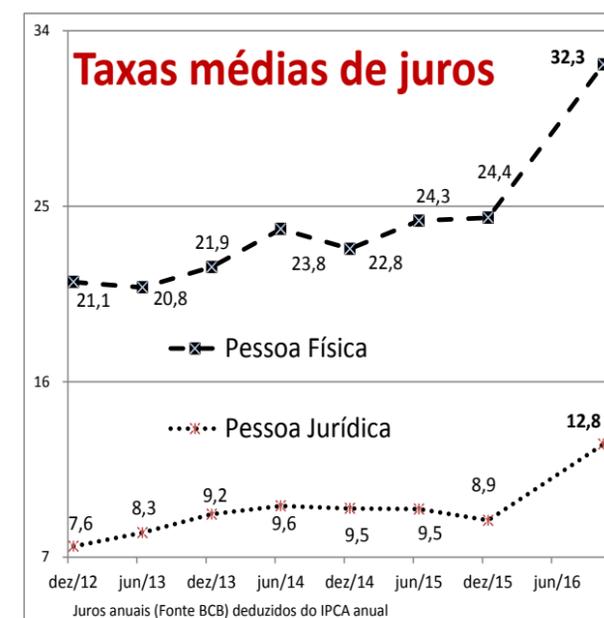
discussão!”, pois esse argumento de força não se coloca “em compliance” com as melhores práticas de uma instituição – por essência – pública.

3.4. É essencial aprimorarmos o treinamento e a formação da cultura interna voltados à independência do nosso posicionamento técnico, pois na prática ele é construído a partir da percepção e das leituras individuais, fortemente influenciadas pelo ‘mainstream’.

4. RESULTADOS DO BCB PARA A SOCIEDADE

4.1. O BCB busca minimizar as tarifas bancárias?

Em plena crise, os bancos têm “reprecificado” seus serviços, não obstante a fragilização de empresas e consumidores face à crise. Mesmo com a escassez de crédito e os juros elevadíssimos, os cinco maiores bancos do país aumentaram até 11% suas receitas com tarifas. Os bancos buscaram realinhar suas carteiras, passando os bons clientes para linhas com tarifas mais caras, além de promoverem a reprecificação dessas cobranças(3). Muitas taxas e tarifas “surtem” no extrato com mudanças nas contas ou pacotes contratados (Brasprevi).



4.2. O BCB busca minimizar spreads e juros?

Em 2016, os bancos aumentaram suas margens de intermediação financeira: o *spread* bancário disparou – cerca de 12 pontos em um ano.(3)

RESULTADO: Insensíveis à maior recessão do século, nossos juros explodem (vide gráfico). Culpa da inadimplência? Não, foi pequena sua alta, de 5,3% para 5,9%. Os *spreads* (que já tinham crescido em 2015) continuaram inchando em 2016. Quanto mais crise melhor para os *spreads*?

Mesmo nas linhas mais seguras, os bancos não transferiram aos clientes a queda nos seus custos de captação. Em mercados competitivos, a queda no preço do principal insumo – custo de captação – gera benefício aos consumidores.

RESULTADO: O SFN atuando como freio. Famílias: Seu esforço para reduzir dívidas, mesmo sob açoite do desemprego, foi frustrado – o comprometimento de sua renda subiu devido ao aumento dos juros (REF/set 2016); Empresas: O aumento das restrições ao crédito (não bastassem a recessão e as dívidas) deprime o investimento e realimenta a crise.

O BCB deve urgentemente exercer sua independência e garantir maior competição nesse mercado. “A miopia do sistema financeiro tem levado à destruição do setor real da economia que gera a produção e o emprego” colocando em risco o regime democrático(5).

4.3. Outras atuações

Carecem de melhoria e transparência: (i) operações *swap*, que, a pretexto de conter variações do dólar, garantem lucros e proteção a empresas, sem sabermos quais são e se realmente precisam de proteção; (ii) operações compromissadas garantem total liquidez/rendimento/segurança/ aos agentes, atingiram montante recorde de 18% do PIB, onerando fortemente a dívida pública; (iii) agentes manipularam o câmbio por vários anos, provocando desindustrialização, perda de empregos e de renda; questionado, BCB não reconheceu falhas; (iv) brasileiros detêm quarta maior fortuna em paraísos fiscais abrigando remessas ilegais; (v) o custo e o montante das reservas cambiais; (vi) buscar sistematicamente ampliar o poder do consumidor e das ouvidorias, os intercâmbios com a justiça e órgãos de proteção ao consumidor.

5. CONCLUSÕES INICIAIS

5.1. O Brasil despendeu R\$ 1 trilhão para o serviço da dívida pública, em três anos, e a dívida.CRESCEU! Quanto? R\$ 1,2 trilhão (de R\$ 1,6 em 2013, para R\$ 2,9 trilhões em 2016). Claro que esse crescimento não se deveu aos parcos

investimentos da União e sim à “rolagem” financeira.

5.2. “Isso foi necessário para assegurar o poder de compra da moeda” dirão alguns colegas. Então... QUE TAL DEMONSTRAR? Vamos exercer nossa competência “de topo do Executivo” e prestar contas à sociedade, com transparência? Não vale dizer “isso está fora de discussão!”, pois, isso sim, não está “em compliance” com as melhores práticas de uma instituição pública.

5.3. Atingimento de transparência e prestação de contas “de topo” são indissociáveis de qualquer discussão sobre autonomia do BCB. Não é cabível o conforto de reivindicar “mais” da sociedade sem melhorar o “quantum” estamos entregando.

5.4. Há muitos paradigmas sendo questionados. Vamos questionar e debater? O BCB pode se inspirar na experiência do banco da Inglaterra, que promove fóruns abertos em todo o Reino Unido. Levar a política monetária à população é demorado, mas é essencial para obter o consenso político que possibilite conquistar, para além da autonomia em sua face “legal” – que pode interessar apenas ao poder econômico –, a legitimação dessa autonomia colocada em benefício de toda a sociedade.

(1) O grande desafio para BCs do mundo: provar que são relevantes; Valor Econômico THE WALL STREET J.A.; Greg Ip : 26/08/2016 pg.B09; (2)Estrela, MA.Moeda, Sistema Financeiro e BC, 2014; (3) Um olho no spread, outro na concentração bancária; Valor Econômico BRASIL; Raquel Balarin, 19/12/2016 pg. A02; (4) Bancos reforçam tarifas com crédito escasso; DCI-SP FINANÇAS; Isabela Bolzani; 19/09/2016, pg.14; (5) A cautela do Banco Central é apropriada; Valor Econômico BRASIL; Antônio Delfim Neto; 01/11/2016 pg. A02.

(*) JOSÉ PAULO VIEIRA é administrador e doutor em Economia da Energia



NA PAUTA DE 2017, OS DIREITOS TRABALHISTAS

CARMEN NERY

Ainda que a nova diretoria só deva ser definida em maio, o Sinal já vem articulando as principais frentes de luta para este ano. A presença ativa do sindicato no Congresso Nacional tem rendido frutos, não apenas para a conquista das reivindicações da categoria – como o acordo salarial de 2016, que resultou no reajuste de 27,9% –, mas também na defesa de temas mais gerais de interesse da sociedade. Parlamentares reconhecem que, hoje, o Sinal é um interlocutor qualificado para opinar sobre assuntos econômicos ligados ao sistema financeiro, à política monetária, ao papel do Banco Central, bem como pode dar uma colaboração importante nas discussões sobre o papel do Estado, a qualidade dos serviços públicos e os direitos dos servidores federais.

Segundo Paulo Lino, diretor de Relações Externas do Sindicato, com o acordo salarial firmado no ano passado para os próximos quatro anos, a pauta para 2017 será menos de campanha remuneratória e mais voltada para garantir outros direitos, por exemplo, a equiparação de benefícios sociais aos dos poderes Executivo e Legislativo. Na pauta, portanto, ganham relevância os debates em torno da reforma da Previdência, da terceirização e da reforma trabalhista, que estão sendo conduzidos em articulação com os

demais sindicatos e frentes parlamentares, como a Frente Mista Parlamentar em Defesa da Previdência e a Frente Mista Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

“Neste momento em que a classe trabalhadora sofre pesados ataques da onda conservadora, o Sinal tem importante papel na luta pela manutenção dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários do povo brasileiro. Vai além de olhar a própria categoria, pois a bandeira hasteada por eles é a dos trabalhadores, dos servidores públicos e de um verdadeiro projeto de nação para nosso país. Sem dúvida, a assessoria parlamentar do Sindicato tem sido fundamental para o trabalho que desenvolvo no Congresso Nacional”, afirma o senador Paulo Paim (PT-RS), que ainda tem esperanças de aprovar no Senado o Projeto de Lei 30/2015, do qual é relator, e também trata da terceirização, porém com menores perdas para os trabalhadores.

1º ROUND: A TERCEIRIZAÇÃO

A aprovação a toque de caixa do PL 4.302/98 surpreendeu sindicalistas e os próprios parlamentares, que esperavam discutir os três projetos sobre o assunto que já tramitavam no Congresso. Estes, porém foram ignorados. O texto aprovado e sancionado pelo presidente Temer estava adormecido desde o governo Fernando Henrique e foi rapidamente recuperado.

O PL 4.302 reúne o que havia de pior em todos os outros projetos. Por exemplo, não separou a empresa privada e a administração pública, permitindo que a terceirização possa ser feita tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim, o que elimina a possibilidade de concursos públicos para carreiras de Estado, como a de especialista do Banco Central e de auditor da Receita Federal. Será possível contratar qualquer profissional, o que

demonstra uma clara distorção e quebra de qualidade dos serviços prestados, como chama a atenção Paulo Lino. Além disso, somente a contratante tem a responsabilidade de honrar débitos trabalhistas.

“Hoje, no caso do Banco Central, não há nenhum tipo de terceirização da área-fim. Todos os técnicos e analistas são concursados. A terceirização atinge apenas trabalhos auxiliares, como limpeza e segurança. Até hoje, as atividades-fim do BC – fiscalizar o Sistema Financeiro, distribuir o Meio Circulante – estavam imunes. Mas, com a nova lei, isso poderá ser terceirizado”, questiona Paulo Lino.

Ele lembra que o Sinal colaborou na confecção do relatório do senador Paulo Paim no PLS 30/2015, determinando a proibição da terceirização na administração pública, eliminando-a das atividades-fim e transformando as empresas contratantes em solidárias com as contratadas, em caso de débito trabalhista, para não prejudicar o trabalhador.

“A estratégia é tentar fortalecer o PLS 30/2015 – que tramitou na Câmara como PL 4.330/2004 –, relatado pelo Paulo Paim. Nós achávamos que ele era ruim, mas depois de aprovado e sancionado o Projeto de Lei 4.302/98 da Câmara, ficou muito bom. Vamos tentar aprová-lo no Senado, para ser sancionado pelo Temer e, assim, ter alguns pontos aproveitados”, explica Lino.

Mas, para isso, será necessário que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, se disponha a colocar o projeto em votação. Paulo Paim diz que vai convocar as lideranças, a fim de forçar a votação. Outra opção é entrar com um pedido no Supremo para que o Projeto 4.302/98 seja arquivado.

“Estamos provando que há um vício de prerrogativa, pois o Legislativo está passando por uma decisão do ex-presidente Lula, que já havia mandado arquivar o projeto. O ministro Celso Melo pediu

explicações, entendendo que o projeto não poderia ter sido votado, nem sancionado”, adianta Paim.

2º ROUND: A PREVIDÊNCIA

É grande também a mobilização contra a reforma da Previdência. No final de março, o deputado Patrus Ananias (PT-MG), com o apoio de diversas entidades representativas de servidores públicos, entre elas o Sinal, impetrou mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando o processo legislativo da PEC 287/2016, que trata da reforma da Previdência Social. Na petição, o deputado requereu a nulidade total do processo legislativo, em razão da ausência de estudos que demonstrem o desequilíbrio financeiro e atuarial.

“A reforma da Previdência é dita como essencial para o reequilíbrio das contas públicas. Contudo, a ausência desses estudos técnicos inviabilizou a análise da adequação constitucional das propostas apresentadas pelo governo. Essa análise compete aos membros da CCJC/CD, que não conseguiram avaliar se a proposta é ou não constitucional, dentro de critérios racionais de adequação das medidas. A análise da preservação do núcleo fundamental dos direitos sociais ficou prejudicada”, afirmou Ananias, que outorgou procuração para o escritório Estillac&Rocha ajuizar a ação, o escritório responsável pela assessoria jurídica do Sinal no Distrito Federal.

O Sinal tem atuado em sintonia com outros sindicatos e associações que representam os servidores federais, pois entende que essa forma de trabalho em conjunto é mais produtiva, já que congrega as entidades com similaridades em suas funções, tornando mais fácil o entendimento de como tratar as questões mais específicas que envolvem os servidores do Banco Central. “Já de há muito, o Sinal faz parte de órgãos que congregam entidades representativas dos servidores”, diz Lino. Entre elas, estão a Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafirco); o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (Fonacate); o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe); e o Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap).

No caso do Fonacate, por exemplo, o Sinal tem participação ativa, ocupando a secretaria-geral do órgão. Neste momento, o Fórum está trabalhando fortemente contra a reforma da Previdência e já produziu dez emendas ao texto do governo, que foram encaminhadas e protocoladas na Comissão que cuida da reforma. “Esse trabalho parlamentar foi coordenado pelo Sinal”, informa Lino.

Para o Fonacate, é fundamental demonstrar ao governo a insatisfação

do funcionalismo e da sociedade com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. Baseado nessa premissa, o Fórum indicará às suas afiliadas e respectivas carreiras a necessidade de participação na greve geral dos trabalhadores, convocada para o dia 28 de abril.

“Essa data foi apresentada pelas centrais sindicais e representantes da sociedade civil organizada. Por isso, vamos participar da mobilização. Ou param essa PEC, ou paramos o Brasil”, enfatizou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, em reunião deliberativa, no início de abril. ✓



UM TRABALHO RECONHECIDO, EM DEFESA DO SERVIDOR

A importância da atuação qualificada do Sinal no Congresso é atestada não só pelas suas conquistas, como também pelos depoimentos de parlamentares de vários partidos que acompanham de perto o persistente trabalho que o Sindicato desenvolve não é de hoje. Luis Carlos Paes de Castro, ex-diretor de Relações Externas, lembra que essa relação se estabeleceu a partir de meados de 1999, quando o Sinal lutou contra a reestruturação administrativa do Banco Central, que enfraquecia a presença do Banco em diversas regiões do país.

“O Sinal é reconhecido por parlamentares de praticamente todos os partidos. Temos uma boa relação com o deputado democrata Pauderney Avelino (DEM-AM), que defende a presença do BC em Manaus, e também com o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), cujo desejo é ampliar a missão do Banco Central, incluindo o crescimento econômico e a manutenção do emprego”, exemplifica Castro.

Procurado pela **Por Sinal**, Lindbergh deixou claro que a relação de seu mandato de senador pelo Rio de Janeiro com a diretoria do Sinal tem sido das mais profícuas. Não apenas nas justas demandas salariais e corporativas da categoria, à qual tem procurado dar apoio, mas também nas formulações de política econômica, principalmente na parte financeira.

“Nosso objeto comum é o cidadão brasileiro em sua universalidade e a construção de um projeto nacional democrático. Nos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a presença de membros do Sinal é constante. Nas sessões de sabatina do presidente do Banco Central, as nossas arguições são trabalhadas a partir da interlocução com vários atores da sociedade civil, com destaque para o Sindicato e a comunidade acadêmica”, enfatizou.

Para o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o Sinal tem feito um trabalho importante para subsidiar a atuação dos parlamentares na Câmara, sendo muito ativo nas comissões. “O Sinal sempre soube dar boas informações para que pudéssemos nos manifestar em plenário, além de promover a divulgação das medidas. Também tem tido uma atuação de ponta, fornecendo dados ligados ao funcionalismo e ao sistema financeiro. Isso foi fundamental nas discussões da PEC 555, que visa a suprimir a cobrança da Previdência Social dos inativos do serviço público. Gostaria que outras entidades tivessem esse nível de qualificação”, elogiou.

Tantos elogios à contribuição do Sinal no Congresso têm sua razão de ser. Que o diga Patrícia Coimbra, uma das responsáveis pela assessoria do Sindicato desde 2013. Para ela, esse trabalho em defesa dos interesses dos servidores é antes de tudo proativo, e isso faz a diferença.

Patrícia cita, ainda, a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, relançada em maio no Senado, sob a coordenação de Paulo Paim, e da qual participam todas as centrais sindicais e 300 parlamentares. Além da Frente Ampla Brasil, coalizão que reúne movimentos sociais e populares, organizações sindicais e parlamentares, com o objetivo de barrar perdas de direitos sociais e trabalhistas. Outra iniciativa é a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos do Trabalhador, coordenada no Senado por Paulo Paim, e na Câmara, pelo deputado Vicentinho (PT-SP). “O Sinal sempre tem tido uma posição progressista nas duas frentes, contribuindo com dados, informações, e atuando na mobilização para que não se façam injustiças”, diz Paim.

A presença ativa do Sinal no Congresso tem rendido bons frutos para os servidores do Banco Central



Acesse
e descubra as **novidades**
portal.sinal.org.br



Acesse também nossa página no Facebook:
www.facebook.com/sinalnacional



SCS QUADRA 01 - BLOCO G SALA 401 - TÉRREO
ED. BARACAT - ASA SUL - CEP 70.309-900 - BRASÍLIA - DF